



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL			
EVENTO: Seminário	REUNIÃO Nº: 1312/14	DATA: 09/12/2014	
LOCAL: Plenário 1 das Comissões	INÍCIO: 14h36min	TÉRMINO: 17h02min	PÁGINAS: 54

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
CELSO AMORIM - Ministro de Estado da Defesa. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO - Brigadeiro-do-Ar Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate — COPAC. JUNITI SAITO - Tenente-Brigadeiro-do-Ar Comandante da Força Aérea Brasileira.

SUMÁRIO
Seminário <i>Rumos da Política Externa Brasileira</i> .
OBSERVAÇÕES
Há palavra ou expressão ininteligível. Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Em nome da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, dou as boas-vindas aos nossos convidados, que gentilmente aceitaram o convite para participar deste importante debate; e também dou as boas-vindas aos Parlamentares e ao público presente.

Esta reunião de audiência pública decorre da aprovação, neste Colegiado, dos seguintes requerimentos, de 2014: Requerimento nº 460, de minha autoria e do Deputado Duarte Nogueira; Requerimento nº 439, de autoria dos Deputados Antonio Carlos Mendes Thame e Emanuel Fernandes; Requerimento nº 458, de autoria do Deputado Rubens Bueno; e Requerimento nº 726, de autoria do Deputado Vanderlei Macris, aprovado na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle.

Esta reunião tem por objetivo esclarecer sobre a operação de compra de 36 caças Gripen NG, fabricados pela Companhia Sueca SAAB; bem como esclarecer as condições em que se processou a compra dos mísseis Harpoon, dos Estados Unidos.

Foram convidados para participar desta audiência pública Celso Amorim, Exmo. Ministro de Estado da Defesa; Juniti Saito, Comandante da Força Aérea Brasileira; e José Augusto Crepaldi Affonso, Brigadeiro-do-Ar Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate — COPAC ; e o Sr. Ari Matos Cardoso, Secretário-Geral do Ministério da Defesa.

Agradeço a todos a presença de todos nesta Comissão e esclareço aos ilustres convidados e aos Srs. Parlamentares que a reunião está sendo gravada para posterior transcrição, por isso solicito que falem sempre ao microfone. Ressalto ainda que esta Audiência está sendo transmitida em tempo real pela Internet, bem como está sendo gravada para a transmissão na grade de programação da TV Câmara, alcançando um público bastante expressivo em todo o território nacional. Após a exposição dos convidados, abriremos para debates com os Parlamentares inscritos.

Dando início aos trabalhos, passo a palavra ao Sr. Ministro Celso Amorim, que terá, em média, 20 minutos para sua exposição.

Antes, eu gostaria de aproveitar para esclarecer a todos os Parlamentares que nós vamos colocar um limite de tempo na Audiência em função da agenda do



Ministro e em razão da Ordem do Dia. Esperamos que a gente possa levar a reunião até às 16h. Se necessário, poderá haver alguma tolerância para esclarecimento aos outros convidados sobre alguma questão técnica e que o Ministro entenda que outros possam responder com maior propriedade.

Concedo a palavra ao Ministro Celso Amorim.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM - Sr. Presidente, para mim é uma grande honra estar aqui na CREDEN, Associação Conjunta da Câmara de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

Como V.Exa. já assinalou, estou acompanhado do Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito, Comandante da Aeronáutica. O assunto tem aspectos muito técnicos — eu não sei bem a natureza das perguntas —, tentarei responder ao que puder, e é possível que alguma coisa me escape. As minhas horas de voo ainda não são suficientes para elucidar alguns dos aspectos.

Eu vou dividir, rapidamente, a minha exposição, primeiro, em um aspecto geral, porque eu vejo que, embora não esteja mencionada diretamente no requerimento, faz parte das considerações, inclusive da imprensa, a respeito do tema.

Vou fazer um brevíssimo histórico do projeto, mencionar a decisão, como ele foi finalmente negociado, as conclusões a que se chegaram e as razões — acho que isso vai estar, mais ou menos, ao longo da exposição — pelas quais essa proposta do Gripen NG, da SAAB, foi considerada a mais satisfatória.

Eu começo por uma questão, mais ou menos, simples, e talvez até desnecessária, mas como a tenho visto frequentemente levantada também na mídia, acho que aqui é uma boa oportunidade para mencionar. A pergunta é a seguinte: por que um país pacífico como Brasil precisa de “armamento” — entre aspas — tão caro? Na realidade, não é o caso, como eu acho que poderemos demonstrar, mas por que precisa desse tipo de equipamento?

Eu refiro, a propósito, à Estratégia Nacional de Defesa que, como os senhores sabem, foi inclusive, na sua versão mais recente, objeto de apreciação pelas duas Casas do Congresso Nacional e de aprovação pelo decreto legislativo, com algumas sugestões que serão incorporadas seguramente na próxima versão.



A Estratégia Nacional de Defesa parte do princípio que, embora o Brasil seja um país pacífico, sempre tenha privilegiado a negociação para a solução de controvérsias, obviamente não pode ser indefeso, abrir mão da sua dissuasão.

Não vou aqui prolongar muito porque já tive ocasião de falar a respeito, mas um país que dispõe de recursos naturais como o Brasil não pode estar exposto a alguma aventura de quem quer seja. Diante da persistência dos conflitos no mundo de hoje, apesar da existência das Nações Unidas e do Conselho de Segurança, continuamos a assistir a conflitos de vária natureza. E alguns desses conflitos podem, como ocorreu no passado, atingir-nos, ainda que não sejamos parte das rivalidades. Mas em função mesmo desses próprios recursos, do nosso mercado, de tudo o que o Brasil representa, ele pode facilmente, como outros países da América do Sul, tornar-se objeto de disputas internacionais.

Então, para que nós possamos evitar que essas disputas nos atinjam, baseamos nossa estratégia basicamente em dois fatores: um, na cooperação, sobretudo, com os países da América do Sul, mas também com os da África Ocidental, com a qual compartilhamos o Atlântico Sul. A cooperação com a América do Sul é extremamente importante.

Para o conjunto dos países nós temos a nossa estratégia de dissuasão que comporta, naturalmente, vários tipos de ações, não só em termos de formação de pessoal, mas também de equipamento adequado.

Então, dentro desse contexto, inserem-se vários projetos importantes, como o da construção de submarinos, inclusive de propulsão nuclear, blindados como o Guarani e SISFRON para a proteção das nossas fronteiras e também — alguns talvez tenham tido a oportunidade de acompanhar, pelo menos, pelo noticiário — o projeto de grandes aviões de transporte de tropas, como o KC-390, que há poucas semanas teve a sua apresentação ao mundo, em Gavião Peixoto, em São Paulo.

O Projeto FX-2 é parte desse conjunto de ações e diz respeito, evidentemente, à defesa do espaço aéreo nacional. Os aviões de que nós dispúnhamos eram todos muito antigos, alguns deles foram renovados, ainda têm uma vida útil, mas eles não obedecem mais aos critérios dos aviões de última geração ou de gerações mais recentes. Por isso, desde 1995, na realidade, a Força Aérea Brasileira tem procurado a obtenção de um novo tipo de caça de



multiemprego. Ele não é apenas, digamos, um avião para combate aéreo, mas é também um avião que pode servir para bombardeio ou solo, se isso for necessário. Então, esse avião multiemprego — sobre os detalhes técnicos, volto a dizer, talvez o Brigadeiro Saito possa expandir — é essencial para a defesa do nosso espaço aéreo, o que é vital para a manutenção da nossa soberania.

A aquisição desses aviões praticamente de última geração — muitos chamam de geração 4,5, porque já existe uma geração 5, mas praticamente quase nenhum em operação — será muito importante, como eu disse, para garantir a nossa soberania, garantir o nosso espaço aéreo, mas também para capacitar a nossa indústria aeroespacial, que é, como sabem todos, um motivo de grande orgulho para o Brasil. Na realidade, como também sabem todos, a indústria aeroespacial brasileira se desenvolveu e hoje tem uma importância enorme dentro da aviação civil, mas a partir de projetos militares, a partir de projetos da Força Aérea, que é responsável pelos primeiros aviões, inclusive responsável por projetos, como foi o caso do AMX com a Itália, que alavancou uma nova geração de aviões comerciais da EMBRAER.

Bem, dentro dessas ideias basicamente e no prazo médio, é um projeto da Força Aérea a aquisição de 36 aeronaves de caça multiemprego, sendo 28 aeronaves de um lugar, *monoplace*, como se diz no jargão, e 8 aeronaves *biplace*. Incluídos nesse projeto estão simuladores de voo, a logística inicial relacionada com eles e a capacitação do parque industrial aeroespacial brasileiro, pela transferência de tecnologia e inclusive pela produção local, que nos habilitará a produzir, nós mesmos, com alguma parceria internacional ou não, aviões de quinta geração.

Como disse, o projeto é bem antigo, é de 1995. Houve uma primeira partida em 2001. Ele foi interrompido em 2005, por questões que nada tinham a ver com o projeto propriamente, mas tinham a ver com condições macroeconômicas e dificuldades orçamentárias, mas foi reavivado em 2008. Aliás, também creio que é importante assinalar esse ano de 2008, que mais ou menos por essa época é também a decisão da construção do submarino nuclear. Quer dizer, o Brasil, à medida que vai crescendo não só internamente, mas crescendo na sua projeção internacional, vai percebendo também que é indispensável dispor de meios para sua



defesa, meios que garantam essa projeção internacional e a defesa dos nossos interesses.

A Aeronáutica enviou ao Ministério da Defesa o seu parecer, e posteriormente, em 2010, isso foi informalmente entregue à Presidência da República. Houve condições macroeconômicas e outras condições — sobretudo condições macroeconômicas — que impediram que se tomasse uma decisão rapidamente, mas, ao longo de 2013, o processo voltou a se acelerar, e nós tivemos finalmente cartas das três empresas em outubro de 2013. Todas essas cartas mencionavam — antecipo um aspecto — a necessidade de revisão de dados sobre preços estabelecerem um novo cronograma em relação às propostas originais.

Em 2013, eu, Ministro da Defesa, pedi à EMBRAER que reiterasse e confirmasse a sua opção, o que foi feito, e então pus o meu de acordo no projeto da SAAB/Gripen NG, e, com autorização da Presidenta Dilma Rousseff, anunciei, no dia 18 de dezembro, que havia sido escolhido esse avião. Desde então, nós dissemos que esse processo, até a assinatura do contrato, levaria entre 10 e 12 meses, que foi efetivamente o tempo necessário para fazê-lo. Relembro que na época mencionei que os critérios eram basicamente três fatores que tinham que ser combinados, de acordo inclusive com uma pontuação que foi feita pela Força Aérea, critérios tinham que a ver com *performance*, transferência de tecnologia e custos de aquisição e manutenção.

Repetindo algo que foi dito na época, os principais pontos fortes do projeto Gripen, da SAAB, são: motor com menor custo operacional, reduzida a quantidade de equipamento externo para apoio e mão de obra; menor impacto de implantação na infraestrutura atual da FAB; potencial industrial da empresa; montagem sem custo adicional no Brasil — refiro-me especificamente à montagem e à estrutura, não a outros aspectos —; maior transferência de tecnologia em áreas sensíveis; direito de compartilhamento da propriedade intelectual do projeto brasileiro; e autonomia nacional para integração de novos sistemas. Enfim, esses são alguns dos fatores; há outros ainda. Todos esses sistemas levaram à decisão de aquisição do Gripen.

A Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate — COPAC, presidida pelo Brigadeiro José Augusto Crepaldi, que é parte do Comando da



Aeronáutica, que responde simultaneamente ao Departamento de Ciência e Tecnologia e ao Estado-Maior da Aeronáutica, que existe desde 1981, foi encarregada de fazer essa negociação. Só para ilustrar, a COPAC já gerenciou mais de 128 projetos. Eu destaco o caça-bombardeiro AMX, logo no início; o míssil A-Darter, que estamos fazendo em cooperação com a África do Sul; e o avião cargueiro e reabastecedor KC-390, que acabo de mencionar e que, tenho dito — aliás, tenho que fazer essa checagem —, é certamente o maior avião já produzido no Brasil e provavelmente o maior avião já produzido no hemisfério sul. Eu pediria aos meus colegas da Força Aérea que confirmem essa informação, mas tenho a impressão de que é, sim.

O trabalho realizado pela COPAC foi acompanhado pelo Comitê de Acompanhamento do Projeto FX-2, criado por uma portaria de minha autoria e que foi integrado, naturalmente, pelo próprio Ministério da Defesa, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério de Relações Exteriores. Em função de questões financeiras e orçamentárias, houve também acompanhamento muito próximo da COFIG e da Secretaria do Tesouro Nacional. Essa comissão se reuniu três vezes e estamos sendo permanentemente informados da evolução.

Desde o início, a FAB, a empresa SAAB, o MD e o Ministério da Defesa sueco estiveram por várias ocasiões juntos. Eu fiz uma visita à Suécia, em que compareceram também o Comandante da Aeronáutica e vários outros membros da Força Aérea. No início das conversações, chegou-se à conclusão de que era necessário haver algumas modificações, que tinham a ver com o fato de o projeto ter sido feito 5 anos antes.

Então, em alguns aspectos, havia, por exemplo, uma defasagem tecnológica industrial. Eu confesso aos senhores que eu não tenho capacidade técnica de descrevê-los, mas, por exemplo, em relação aos radares, em relação à tecnologia que se havia desenvolvido, havia necessidade de melhorar o alcance de detecção, de alvos de baixa, que eles chamam de Seção Reta Radar, etc. Havia também obsolescência de alguns itens, como o sistema de guerra eletrônica, usado nas versões anteriores do Gripen — era preciso que fosse um novo sistema — e



também a ideia de novos conceitos operacionais. Esses são, digamos, os novos requisitos que se impuseram.

Além disso, havia naturalmente a necessidade de envolver o parque industrial brasileiro nesse trabalho. E o parque industrial brasileiro foi ouvido desde o início, inclusive em relação a esses aspectos que acabo de mencionar.

A previsão de recursos orçamentários está feita no PPA 2012/2015. A parcela correspondente também está prevista no orçamento de defesa do ano que vem. A questão do financiamento foi amplamente discutida com a Secretaria do Tesouro Nacional e o COFIG. Chamo a atenção para o fato de que o financiamento não é feito por bancos privados, mas por agências governamentais suecas que têm interesse numa relação estratégica com o Brasil. Em função disso, as taxas de juros são as mais baixas que já obtivemos para operações similares, abaixo, inclusive, de várias taxas internacionais, tipo LIBOR, etc.

Cumpridas essas várias etapas e toda essa discussão, houve a assinatura do contrato. Aqui, há um ponto que eu gostaria de mencionar, porque é objeto de perguntas. Naturalmente, o contrato que foi assinado no dia 24 de outubro, dentro do prazo de 10 a 12 meses que havíamos estimado, sofreu algumas alterações em relação ao valor de 2009, o que é mais do que natural, porque, em qualquer aquisição, obra ou trabalho, sempre se constatará que 5 anos de defasagem exigem ajustes.

Eu diria que eles são apenas de duas ordens, e um deles se desdobra em duas. Um diz respeito, de acordo com as normas do nosso Tribunal de Contas, às condições econômicas da época e às condições econômicas de hoje. Não se trata de um ajuste cambial nem de outro ajuste por outra taxa inflacionária qualquer, mas especificamente dos índices industriais da Suécia, que é onde as principais partes do avião serão produzidas. Esse é um aspecto.

Como já mencionei, há outros dois aspectos. Algumas tecnologias ficaram obsoletas, e as novas tecnologias, que substituíram as antigas, são naturalmente mais caras. Isso sempre acontece quando, por exemplo, vamos comprar um carro novo: ele tem uma inovação, mas aquela inovação tem também um custo adicional. O outro aspecto, que também é preciso mencionar, é que não se trata aqui de uma aquisição meramente operacional. *“Olha, vamos comprar um avião para operar*



amanhã. Vamos comprar o mais barato que existir no mercado.” Não é isso, nós não só queremos um avião de qualidade, com *performance*, mas também que ajude no desenvolvimento da indústria brasileira.

Quanto à participação da indústria brasileira, em alguns aspectos esse avião envolve a transferência da tecnologia, treinamento de pessoas, desenvolvimento de capacidades; envolve também, naturalmente, um certo impacto no valor da aquisição.

Seja como for — faço outro esclarecimento —, na realidade, trata-se de três contratos: o contrato comercial principal, o contrato de apoio logístico e o contrato de fornecimento de armamento. O contrato de apoio logístico está pronto para ser assinado, mas não pode ser assinado antes do contrato principal. O contrato de armamentos deve ser assinado até o fim do ano ou, possivelmente, no início do ano que vem. Estamos tentando ver quando, mas será para muito brevemente.

Há o total aproximado, porque há câmbio de compra e câmbio de venda, mas a diferença é relativamente pequena entre os dois. O total de todos esses contratos — o contrato principal, o contrato logístico e o contrato de armamentos — soma 5 bilhões, 563 milhões e 255 mil dólares norte-americanos. Tenho que reiterar um aspecto. Na realidade, o contrato é feito em coroas suecas, mas, para efeitos públicos de conhecimento e comparação, estamos usando o dólar norte-americano para, inclusive, poder comparar o valor com os outros. Sem dúvida, isso significou um aumento em relação à previsão inicial, um aumento de algo mais de 1 bilhão de dólares. Mas esse aumento me parece plenamente justificável, pelas razões que já expus, do índice sueco, que é público. Tudo isso é público.

O reajuste correspondente — 72% dos itens foram mantidos — é de cerca de 20%. Em relação aos itens novos, não se trata de reajuste. Trata-se de condições novas. Em relação à necessidade de trazer, incorporar e fazer o avião no Brasil, a soma desses dois aspectos é 28% do custo total do avião. Não há uma comparação possível, porque não havia um número antes, mas o reajuste é baseado em três índices, todos eles relativos à produção industrial, que envolvem o salário do *blue-collar*. São índices muito cuidadosos, muito específicos.

Eu queria também reiterar aos Srs. Parlamentares que, como toda negociação comercial, ela tem o seu grau de confidencialidade em função das



empresas, mas eles estão abertos aos Parlamentares. A própria COPAC terá todo o interesse e todo o prazer em abrir qualquer documento para visualização pelos nossos Parlamentares.

Na realidade, houve esse aumento, mas eu queria chamar atenção para o seguinte — são duas coisas. Os outros dois também teriam reajustes. Evidentemente, isso está patente nas cartas. Na realidade, o Rafale, francês, desde o início já tinha um elemento de indexação. No caso do outro competidor, o Boeing, também foi dito na última carta que seria preciso rever o preço, as condições, o cronograma, etc. Eu diria que, mesmo assim, mesmo com esse reajuste e ao câmbio de hoje — não sei, o câmbio pode mudar, estou fazendo o cálculo —, ainda assim, o Gripen seria mais barato que os outros dois. Provavelmente, seria muito mais barato, porque os outros dois também seriam reajustados. Supondo a hipótese quase impossível de não haver reajuste, até porque já haviam anunciado nas cartas que haveria reajuste, mesmo assim, em termos de preço, ele continua a ser o mais vantajoso.

Eu poderia talvez descer a alguns detalhes sobre os contratos, mas eu queria duas ou três coisinhas mais. Vou interromper a exposição para dar margem às próprias perguntas. Primeiro, quero reiterar que todos os dados e detalhes dos contratos estão disponíveis para as autoridades que os desejarem — naturalmente, para os Parlamentares.

Em segundo lugar, eu queria também dizer que tudo isso é pendente do contrato de financiamento. O próprio contrato de financiamento prevê que a eficácia do acordo só ocorre depois que determinadas condições, inclusive a ordem de serviço da Aeronáutica, ocorram. Se qualquer uma dessas condições não se cumprir, haverá uma nova discussão. Se na discussão não houver acordo, o contrato perde a eficácia. Há toda essa previsão, que dá uma margem necessária se houver uma calamidade qualquer, que não creio que seja o caso.

Em suma, outro aspecto que eu queria mencionar, de maneira muito importante, é a transferência de tecnologia. Eu a mencionei *en passant*, mas a própria Estratégia Nacional de Defesa — volto a reiterar —, cuja segunda versão em 2012 ou 2013 foi apreciada nesta Casa e no Senado, diz que o fator decisivo para uma opção tem que ser a minimização da dependência tecnológica ou política em



relação a qualquer fornecedor. Esse fator é muito importante no caso da SAAB, pela ampla abertura que ela nos revelou.

Resumindo, nós teremos acesso total aos dados, conhecimento do sistema, dos *softwares*, da operação, do código-fonte, do sistema de armas. Em suma, não haverá caixa-preta, tanto assim que nós compartilharemos a propriedade intelectual do avião.

Só para mostrar como há uma integração grande envolvendo várias empresas brasileiras — EMBRAER, Ael, Atech, Mectron, Akaer, Grupo INBRA e provavelmente outras que venham a ser subcontratadas —, só para iniciar, por exemplo, as 8 aeronaves iniciais, perdão, as 15 iniciais serão fabricadas na Suécia, mas com acompanhamento de engenheiros da EMBRAER. As 8 seguintes serão fabricadas ainda na Suécia pelos engenheiros brasileiros, com supervisão da SAAB. Agora eu tenho que fazer a conta para ver o total, eu errei, porque dá 36, e não 38. Enfim, as 15 aeronaves finais serão fabricadas no Brasil, e inclusive terão a montagem final no Brasil. Mas o que é importante salientar nisso tudo é que não é apenas a montagem final. É importante mencionar que equipamentos da maior sensibilidade, com *software* embarcado, questões que dizem respeito à compatibilidade eletromagnética, medidas de assinatura de radar — questões que alguns Deputados aqui talvez até entendam melhor do que eu, mas que de qualquer maneira são de grande sensibilidade —, integração de sensores, etc., serão todos também desenvolvidos no Brasil, ao final do processo, naturalmente.

Então, as iniciais não eram 15, eram 13 — 13, 8 e 15 —, quer dizer, 13 inicialmente produzidas lá, com participação de engenheiros brasileiros; as 8 seguintes produzidas pelos engenheiros brasileiros, com supervisão dos engenheiros suecos; e as 15 finais produzidas no Brasil.

Bem, eu poderia citar, digamos, o papel de cada empresa, mas deixem-me mencionar um aspecto que tem a ver também com a cooperação internacional, que é a integração, por exemplo, do míssil A-Darter, que está sendo fabricado. É um míssil ar-ar de última geração, ultimíssima geração, que estamos produzindo em conjunto com a África do Sul, detentora de altíssima tecnologia, e que poderá ser integrado nesse sistema, como um outro míssil, por exemplo, da Mectron, que também já existe, com outros sistemas, um radar fabricado no Brasil. Tudo isso



poderá ser integrado, o que é muito diferente de um avião que você compra pronto.

O que eu quero explicar aos senhores, e eu acho que é muito importante, porque todo mundo ouve falar muito em *offset*, eu também, eu trabalhei no Ministério da Ciência e Tecnologia algum tempo e sempre ouvi falar muito de *offset*, mas às vezes o *offset* é dado numa área totalmente diferente, de nível tecnológico muito mais baixo, uma mera construção. Nesse caso, nós estamos trabalhando no coração tecnológico do avião. Eu acho que isso é muito importante. Então, com essas palavras, eu concluiria.

A assinatura do contrato, volto a dizer, foi feita dentro do prazo que nós nos estabelecemos, e foi publicamente dito, no dia do anúncio, que seria entre 10 e 12 meses. Na realidade, foi assinado com 10 meses mais 6 dias, sei lá.

E outra coisa que eu também digo, porque acho que houve também um questionamento, não creio que no requerimento, mas eu tenho ouvido às vezes questionamento: “Ah, mas vamos ver qual é o *offset*”. Não, o *offset* foi discutido antes, e o contrato de *offset* foi assinado juntamente com o contrato comercial principal. Então, não há dúvida sobre nenhum desses pontos. E, naturalmente, da mesma forma que essa negociação foi acompanhada por um comitê interministerial, todo o processo deverá continuar a ser acompanhado também.

Se me permitirem apenas um comentário que, na realidade, eu acho que é quase dispensável nesta Comissão, mas eu costumo dizer que a independência e a soberania têm um preço, e o preço é justamente você incorporar ao Brasil a tecnologia, ter empresas brasileiras capacitadas, plenamente capacitadas a fazer não só parte, mas continuar desenvolvendo suas aptidões nessa área.

Eu diria que basicamente é isso. Volto a dizer, tentarei responder às perguntas que venham a ser feitas. Se elas forem excessivamente técnicas, com a sua permissão, Presidente, eu pediria o concurso do Brigadeiro Saito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Temos a questão do tempo.

Foi convidado também a expressar-se o Brigadeiro-do-Ar José Augusto Crepaldi. Vamos, então, conceder a palavra ao Brigadeiro. No entanto, tentaremos reduzir um pouco o tempo, não 20 minutos, em função do tempo do Ministro, para que a gente possa privilegiar as perguntas dos Parlamentares.



Com a palavra o Brigadeiro do Ar José Augusto Crepaldi.

O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO - Deputado Eduardo Barbosa, Presidente da CREDN, Deputada Perpétua Almeida, em nome de quem cumprimento os demais Parlamentares, senhoras e senhores, quero agradecer a oportunidade de estar aqui tentando esclarecer para os senhores o Projeto FX-2. Sabemos que é uma obrigação nossa, para quem administra o recurso público, prestar conta para a sociedade sobre o destino dos recursos, dos nossos impostos. Então, o objetivo é esse.

Como o Ministro Amorim muito bem colocou, estamos à disposição dos senhores para que possam visitar a nossa organização e realmente verificar todo o nosso processo. Então, desde já reforço aqui o convite do Ministro.

A apresentação do Ministro foi muito completa. O que eu gostaria de enfatizar no que se refere ao processo é o que o Ministro colocou: seria muito mais fácil para a Força Aérea simplesmente adquirir um produto de prateleira, como a gente fala. Mas se os senhores olharem a história da Força Aérea, desde 1941, verão que é uma história de uma organização que tem sempre apoiado a indústria nacional. É um caminho difícil, um caminho de longo prazo, que requer muita coragem e muita determinação.

Então, quando a gente olha a EMBRAER, hoje, a gente olha o nosso parque industrial com a Mectron, com a Aeroeletrônica, com a CAER, com o Grupo INBRA, com a ATEC. Isso é fruto justamente dessa visão estratégica de quê? De não só adquirir equipamento para cumprir a missão constitucional, mas em paralelo, também, garantir a nossa soberania no que se refere à capacitação tecnológica.

Então, o Projeto FX-2, se os senhores lerem a nossa estratégia de defesa e a diretriz do Comandante Tenente-Brigadeiro Saito, em 2008, fica muito claro que essa solução tinha duas vertentes: uma vertente operacional de atender à missão da Força Aérea, a nossa nobre e primeira missão constitucional. A gente nunca perde isso de vista. Primeiro devemos cumprir a missão constitucional, manter a soberania do espaço aéreo com vistas à defesa da Pátria, e não apoiar a indústria. Mas, tendo essa consciência e trazendo isso em nosso DNA, a gente sempre apoiou a indústria. Então, seguindo a cartilha da Estratégia Nacional de Defesa, o Projeto FX-2 tinha



duas vertentes, como eu disse, que tinham que ser balanceadas: o atendimento técnico-operacional e o atendimento à indústria.

Desde o primeiro momento a gente tinha plena consciência de que se a indústria nacional não fosse atendida nos seus anseios de dar um novo salto tecnológico, como foi feito, em 1981, com o Projeto MX, a gente não estaria cumprindo a missão, não estaria garantindo o cumprimento de estratégia nacional de defesa. Então, o que norteou a todo o momento o projeto foi isso.

O Ministro já descreveu aqui o cronograma. Não cabe dizer por que não foi assinado neste ou naquele momento. O fato é que, dentro do conceito de ciclo de vida que a Força Aérea aplica a todos os seus projetos, hoje, ela leva em conta o quê, senhores? Leva em conta que eu vou voar, vou adquirir e vou manter o equipamento por 50 anos.

Vou dar um exemplo claro: a aeronave tem 25 de aquisição primária, na Academia da Força Aérea, e hoje já está com 42 anos de vida útil; a aeronave tem 27, são 32 anos de vida útil. O 707, que nos vimos obrigados a desativar o ano passado, tem 46 anos. Então, em relação ao ciclo de vida, a gente tem que levar em conta o quê? Adquirir essa aeronave, manter essa aeronave, e, a par disso, capacitar a indústria nacional. Então, o Projeto FX-2 foi direcionado a todo o momento nesse sentido. Portanto, a indústria nacional não é mais uma indústria sem capacidade.

Então, eu estava falando com o Brigadeiro Saito que a EMBRAER, hoje, quando exporta um produto para um país, é demandada em *offset*. Não sei se os senhores já sabiam disso. Por quê? O nível tecnológico da minha indústria me coloca o quê? Em outro patamar. Quando a Mectron, a Aeroeletrônica, quando essas indústrias são demandadas a exportar algum produto, elas estão sendo demandadas em *offset*. E o que significa isso? Que a minha indústria já está num patamar avançado no que se refere à capacidade tecnológica, ou seja, aquilo que a gente chama de nível de maturidade tecnológica.

No caso do FX-2, o que fizemos para garantir? Como o Ministro disse que a gente não teria projeto que não agregasse maior valor tecnológico, nós fomos às nossas indústrias e perguntamos a elas: “O que vocês precisam em termos de



tecnologia para galgar passos, no que se refere à maturidade tecnológica e produzir um caça de quinta geração?”

Então, tudo que se refere à transferência de tecnologia no Projeto FX-2 foi direcionado, discutido e analisado pelas nossas indústrias. E com isso a gente tem plena certeza de quê? Que o Projeto FX-2 está atendendo plenamente ao interesse da indústria nacional. Isso é muito importante.

O que acontece com isso? Como eu disse, como não é um projeto de prateleira — foi uma opção nossa —, isso agrega o quê? Pode agregar maiores custos, maiores prazos e maiores riscos. Mas é justamente isso que faz a nossa indústria crescer. Acho importante enfatizar isso.

Em relação à oferta. Nosso cronograma era para o quê? Assinar o contrato em 2010 e ter a primeira aeronave entregue este ano. Por quê? A Força Aérea tinha que planejamento? De desativação das aeronaves A-1, as aeronaves F-5 e as aeronaves Mirages.

Portanto, no meu projeto, que o Comandante da Aeronáutica determinou, em curto prazo eu estaria desativando os meus Mirages e em longo prazo desativando os meus F-5 e os meus A-1.

Então, para os senhores terem uma ideia das consequências para a Força Aérea, a partir do momento em que esses cronogramas não são cumpridos eu sou obrigado a estender a vida útil dos meus F-5 e dos meus A-1. Para poder esperar chegar. Esse balanço é feito e a gente tem plena certeza da capacitação da indústria.

A ideia era assinar em 2010. Estamos assinando em 2014, com eficácia, como o Ministro bem falou, em 2015.

E nesse prazo que se passou é necessário fazer o quê? Uma atualização da condição econômica.

Quando eu falo da condição econômica, não é aumento de preço, não é mudança de objeto. A gente simplesmente pega o valor previsto em 2009 e atualiza para 2014. E foi exatamente o que foi feito. Com base no quê? Com base no art. 40 da Lei nº 8.666, que prevê as condições para esse tipo de atualização.



Foi feito esse cálculo, achamos o valor, e, ainda assim, em função da maturidade tecnológica da nossa indústria, em 5 anos, nós somos capazes de quê? De avançar mais na cooperação tecnológica.

Outra coisa que deve ser dita. No que diz respeito à estrutura industrial que o Ministro Amorim colocou no que se refere a números de aviões produzidos, o que a gente pode imaginar? Seria mais vantagem eu produzir 36 aviões no Brasil.

Esse é um desenho industrial da curva de aprendizado que nós discutimos com as nossas indústrias e com a SAAB para poder o quê? Permitir que treinássemos lá, fôssemos supervisionados lá e depois montássemos aqui. É o ciclo de absorção do domínio tecnológico.

De novo, reforçando as palavras do Ministro: o projeto está plenamente de acordo com o nosso pedido de oferta, com a legislação. A gente o coloca à disposição, de novo, para os senhores, para qualquer tipo de análise.

E o mais importante é o cumprimento da missão da Força Aérea. Ao final, quando, em 2021, essas aeronaves, nosso esquadrão estiver completo, teremos plena certeza de que estaremos cumprindo nossa missão com aeronaves mais modernas, e a nossa indústria será totalmente capaz de fabricar uma aeronave de quinta geração e de manter esse avião no Brasil por 50 anos.

Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Eduardo Barbosa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Nós é quem agradecemos, Brigadeiro.

Vamos, agora, passar para as indagações dos nobres Parlamentares, sendo que vamos dividir em dois blocos. No primeiro bloco ouviremos os autores dos requerimentos que motivaram a realização desta audiência.

Pela ordem, vamos passar a palavra para os Deputados Emanuel Fernandes, Antonio Carlos Mendes Thame — que ainda não está presente —, Duarte Nogueira, Rubens Bueno e Vanderlei Macris.

Todos formularão suas perguntas. Passaremos às respostas e, depois, passarei para o bloco daqueles que se inscreveram, os demais Parlamentares.

Com a palavra o Deputado Emanuel Fernandes.

O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES - Boa tarde, Sr. Presidente, Ministro, Comandante, Brigadeiro Crepaldi, colegas Deputados.



Gostaria, primeiro, de fazer uma consideração. Acho que a estratégia de absorção de tecnologia, a FAB, o Governo brasileiro já tem há bastante tempo, haja vista o AMX, que propiciou construir os jatos da versão civil.

Em relação à questão de *know-how*, é muito melhor a gente aprender fazendo. Portanto, a estratégia brasileira de optar pelo Gripen, não sei se do ponto operacional ou do ponto de vista da eficácia e da *performance* de defesa, é melhor. Mas, em termos da construção de uma indústria brasileira, não só na parte militar como na parte civil, é realmente, na minha opinião, a mais acertada, porque é aprender fazendo juntos, a curva de aprendizado; e a indústria aeronáutica brasileira, aeroespacial brasileira, já aprendeu fazendo isso.

Dito isso, para mim não está claro que índices são esses, porque se for medir a inflação do dólar americano, se eu pegar 5 anos, não dá 20%. Obviamente o contrato é em coroa sueca, e confesso que não sei como está a paridade de câmbio entre a coroa e o dólar. Mas não fiquei convencido ainda, acho que faltaram alguns dados em relação a esses índices.

Com relação aos outros dois motivos do Governo, acho que é uma questão importante a analisar, acredito nisso. Na verdade, é uma estratégia da Estratégia Nacional de Defesa. Ou seja, vamos jogar isso numa despesa fixa do Governo e aumentar o escopo do que nós estamos adquirindo no exterior, melhorando tecnologias, adquirindo tecnologias novas. Mas eu não sei quantos por cento desse 1 bilhão a mais é devido à mudança de índice, e quanto se explica, mais ou menos, com relação às outras duas coisas que o Ministro falou: a absorção de tecnologia e a modificação da curva de aprendizado. Os outros dois não me interessam, porque são assuntos técnicos. Acredito na COPAC — Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate —, acredito na Força Aérea, mas gostaria de saber os índices do primeiro item que o Ministro falou.

Gostaria também de fazer um comentário e uma pergunta. Uma coisa que a gente sempre fala na Comissão de Relações Exteriores é que o Governo tem historicamente investido, através do Orçamento Geral da União, 1% do PIB, de vez em quando um pouco mais, de vez em quando um pouco menos, chegamos a 1,3%, a 1,4% em algum ponto, mas a média histórica do Brasil é 1% do PIB. Se a gente calcular um PIB de 5 trilhões, estamos falando de 50 milhões por ano.



Nós temos toda hora lançamento de obras. Agora está escasseando, mas a gente ainda tem um portfólio bastante grande com relação à demanda por recursos do Orçamento Geral da União. Portanto, as compras efetivadas pelas Forças Armadas, pelo Ministério da Defesa, estão disputando, digamos assim, um bolo, e me parece que o Governo vai assinando coisas. Mesmo no âmbito da nossa Comissão, recentemente aprovamos, no plenário e na Comissão, a compra de um pouco dos observatórios do Deserto de Atacama, um negócio em 15 anos, de 800 milhões de reais. Isso tudo vai se juntando nas despesas, nos investimentos, e vai espremendo, vai jogando para fora outras coisas.

Vamos dar um exemplo. Vamos discutir daqui a pouco, no Congresso Nacional, na reunião que está aberta, uma mudança na LDO da ordem de 1%, do quanto o Governo deveria ter feito de superávit ou não. O próprio Ministro entrante, o novo Ministro da Economia, Levy, está dizendo que vai ter que fazer um superávit de 1,2 bilhões no ano que vem, e este ano, na minha opinião, nós vamos acabar com déficit. Olhando hoje e olhando para frente, não há perigo de termos uma falta de recursos crônica. Se ficarmos só no Ministério da Defesa, nós temos o PROSUB — Programa de Desenvolvimento de Submarinos, que é um financiamento. Mas de qualquer maneira tem os pagamentos, tem o SISFRON — Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras, um projeto caríssimo da força terrestre; no âmbito da Aeronáutica nós temos o KC, um projeto bastante caro; e está no cerne da Estratégia Nacional de Defesa o Gripen, que deu uma renovação nos caças. Nós não podemos ter perigo daqui para frente?

Eu gostaria de realçar que eu estou fazendo essas perguntas obviamente também torcendo, porque eu não só sou desta Comissão, como sou do setor, sou engenheiro da Aeronáutica. Portanto, torço para que as coisas saiam bem. Eu acho que com razão o Brasil exporta tecnologia aeronáutica para o mundo, para o mundo desenvolvido, para qualquer parte do mundo; a gente briga de igual para igual. Torço para isso, mas temo que a gente possa, na frente, ter um problema grave de caixa e ter que fazer a “Escolha de Sofia” de qual projeto nós devemos fazer, já que não tem muito apelo popular. A gente está disputando espaço com a transposição do Rio São Francisco, a Transnordestina e várias rodovias.



Há uma questão ideológica que o Governo parece que vai resolver: é essa questão das concessões, abrir as concessões, as obras de infraestrutura. E aí certamente é outro dinheiro, não é da AGU. Tem o Minha Casa, Minha Vida, ou seja, não há o perigo de a gente estar acelerando quando deveria frear.

Insisto: na economia, e se o Ministro precisar de mim, se o Comandante precisar de mim, estamos aqui para defender essa fatia nossa. Mas é um alerta que faço e uma indagação: será que teremos problemas de fluxo orçamentário para frente. Cinco bilhões, eu não sei. São 20 anos? Dez anos. O dispêndio que nós vamos fazer, os pagamentos são mais ou menos em 10 anos. Ou seja, estamos falando de 500 milhões de dólares ao ano?

O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO - Como é financiamento, o senhor tem o repagamento só a partir da entrega da última aeronave, que é 10 anos para frente.

O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES - Depois de 10 anos começa a pagar?

O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO - Exatamente, em 25 anos.

O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES - É que nem o PROSUB: pega o financiamento e deixa para os netos, para os filhos. Mas é uma questão para eles também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Nós temos aqui presentes dois autores do requerimento. O Deputado Rubens Bueno teve que se ausentar para a reunião de Líderes. Então, passo a palavra ao Deputado Duarte Nogueira e depois ao Deputado Vanderlei Macris. Depois, a Mesa responderá.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Deputado Eduardo Barbosa, senhores convidados, Ministro Amorim, Comandante Saito, Brigadeiro Crepaldi, senhoras e senhores, eu vou procurar utilizar o meu tempo de uma maneira bastante objetiva já indo direto às perguntas.

Quero cumprimentar o Deputado Emanuel Fernandes, que abordou a questão da nossa vitalidade fiscal para a eventualidade de cumprimento das metas dos Planos Diretores de Investimentos da nossa Defesa, em especial da Aeronáutica,



que conta com nosso apoio, mas também com nossa sensatez sob o ponto de vista da capacidade de fazer frente a esses investimentos.

Passo às perguntas. Sr. Ministro, que tipo de atualização tecnológica e outros ajustes demandam um aumento de 20% no valor do projeto dos caças Gripen em relação à estimativa de custos divulgada pelo Ministério da Defesa pouco menos de um ano atrás? Eu vou insistir nessa questão porque o Comandante da Aeronáutica, o Ministro Saito, numa entrevista dada à *IstoÉ* em dezembro de 2013, recebeu da revista a seguinte pergunta: “Se o Gripen é um protótipo, o valor de 4,5 bilhões de dólares não é apenas uma estimativa?” E o Comandante respondeu: “Quer saber de uma coisa? A SAAB já disse que vai baixar o preço”. Ou seja, não só não houve a redução do preço como houve um aumento de 20%. E daí a nossa ação no sentido de conhecer as razões desse aumento. Diz que houve uma atualização tecnológica inicialmente no projeto que foi oferecido pela empresa sueca, e o Brasil pediu para que fossem feitas alterações no *cockpit*, em telas. Eu quero saber o quê dessa atualização tecnológica fez aumentar o preço, até porque o ajuste financeiro em coroas suecas ou mesmo em dólares, como disse o Deputado Macris e o Deputado Emanuel, não nos parece compatível com o aumento de quase 20% na compra.

A outra questão é que nesse período das negociações houve um referendo na Suíça — aquele país estava disposto a comprar 20 caças —, e o resultado do referendo do povo suíço foi a negação de o seu país adquirir 20 caças, em tese pelo argumento de que faz 200 anos que a Suíça não entra em guerra. E eles abriram mão de comprá-los.

Dentro da regra de economia, quando você limita o número de compradores, quem está vendendo, obviamente, tem interesse de liquidar os seus produtos por um preço inferior e não superior ao que o mercado naquele momento está oferecendo. Numa rápida conta, se a Suíça estava disposta a comprar 20 e o Brasil 36 e o mercado deixou de ter a vontade de comprar 20 desses 56, em tese, nós teríamos um interesse da Suécia de vender mais barato os seus caças.

Esta é outra pergunta que eu também faço ao Ministério da Defesa e ao Comando aqui presente. Em que estágio estão as negociações com vista à obtenção das maiores compensações possíveis para o Brasil, em função das compras dos jatos suecos, em termos de investimentos no País, compra de



equipamentos fabricados internamente, aumento de exportações, desenvolvimento de tecnologia própria ou em território nacional? E indago: quem está participando dessas negociações?

E faço aqui uma observação: uma aeronave com essas características possui algo em torno de 120 mil itens diferentes ou mais. Quantos desses 120 mil itens estão sendo produzidos ou adquiridos de empresas brasileiras detentoras de tecnologia, para haver compatibilidade com esse jato de quinta geração?

Recentemente, a fonte de informações Dow Jones divulgou um dado atribuído ao Brigadeiro Crepaldi, que é o Presidente da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate — COPAC, de que o Brasil planeja receber pelo menos 108 caças. Há algum estudo, de fato, nessa direção de 108 caças? Qual é o valor estimado para esse volume a mais de aeronaves, dada essa informação?

E, por último, a SAAB anunciou que parte da produção dos caças poderá ser feita no Brasil. E há informações de que a intenção inicial era transferir a linha de montagem da Suécia para a fábrica da EMBRAER de Gavião Peixoto. Em que estágio está essa discussão? De fato ela procede?

Muito obrigado, Ministro, Comandante e Brigadeiro Crepaldi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Eu quero ressaltar que faz parte da nossa Mesa o Deputado Edinho Bez, que representa aqui a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Nós agradecemos a S.Exa. a presença.

E passo, agora, a palavra ao Deputado Vanderlei Macris, também membro Comissão de Fiscalização Financeira e autor do requerimento desta audiência. Aí, nós encerramos o tempo destinado aos proponentes desta audiência.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Boa tarde a todos!

Sr. Ministro Celso Amorim, Tenente-Brigadeiro Juniti Saito, muito obrigado pela presença. A nossa manifestação de intenção de trazê-los a esta Casa foi muito em parte do que falou o Deputado Duarte Nogueira, que me antecedeu. O que preocupa a bancada do PSDB são algumas questões colocadas das quais havia necessidade de um esclarecimento aqui na Casa, até porque essa compra, anunciada em dezembro do ano passado, de 36 jatos da sueca SAAB por 4,5 bilhões de dólares é bastante significativa. Portanto, eu tenho a impressão de que cabe ao Congresso Nacional esclarecer à sociedade brasileira as dúvidas que se



apresentam. E, na minha opinião, este é o foro adequado para o debate, para a discussão sobre essa questão.

Em 27 de outubro, o Governo brasileiro anunciou a assinatura desse contrato de 5,4 bilhões de dólares, ou seja, 900 milhões a mais do que o informado há menos de um ano. E a justificativa foi a diferença que se deveu à negociação para atualização do projeto, já que a proposta foi feita em 2009.

Então, eu passarei a algumas perguntas. Quando o Ministério da Defesa teve conhecimento da necessidade desse reajuste no valor dos jatos? Essa é uma questão. Quando o Ministério da Defesa teve conhecimento da necessidade desse reajuste? O Governo brasileiro já sabia da necessidade dessa atualização? Em qualquer caso, por que optou por um equipamento desatualizado? Caso contrário, gostaria da justificativa, do porquê. Não seria de se esperar que o aumento de produtividade e as próprias atualizações tecnológicas resultassem em redução ou pelo menos em manutenção do custo do projeto?

Com a desistência da Suíça de adquirir os Gripens, não seria possível buscar uma redução no valor das encomendas brasileiras, já que aquela desistência aumenta, em tese, o poder de barganha, ao invés do preço? A desistência dos suíços tem alguma razão com o aumento do preço para o Brasil? Ou seja, foi feito como compensação para viabilizar a fabricação do novo jato?

A imprensa informou recentemente que o Ministério da Defesa sueco solicitou ao seu Governo recursos adicionais para tocar o projeto, provavelmente em função do cancelamento da compra pelos suíços. O Ministério da Defesa brasileiro tem alguma informação sobre esses recursos adicionais? Eles já foram aprovados pelo Parlamento sueco? Quais as consequências de uma eventual rejeição do pedido?

O Brasil, além do Governo sueco, é de fato, hoje, o único comprador dos jatos Gripens? O que explica esse fato, se é verdade ou não que o Brasil é o único comprador? Quantos aviões do modelo novo do Gripens iguais ao comprados pelo Brasil já foram efetivamente fabricados? V.Exas. têm ou não essa informação?

Mais uma questão que, do nosso ponto de vista, é muito importante. Como fica o projeto dos Gripens e mesmo outros projetos do Ministério da Defesa, à luz da forte deterioração das contas públicas do Brasil, revelada mais claramente depois das últimas eleições presidenciais e dos ajustes fiscais que o Governo, se conseguir



resgatar alguma capacidade de responsabilidade fiscal, forçosamente terá que fazer a partir do próximo ano? Estão sendo planejados ajustes nos projetos em curso na área militar, inclusive na compra dos Gripen?

Este é um debate, Ministro Celso Amorim, Brigadeiro Saito, que nós estamos fazendo agora no Parlamento brasileiro, até porque a nova equipe econômica já demonstra um tamanho de ajuste fiscal capaz de deixar Ministérios que têm compromissos com os seus gastos de cabelo em pé. Por quê? O ajuste haverá de ser necessariamente de grandes proporções, se quiserem estabelecer uma condição mínima de gerenciamento do Orçamento brasileiro. De que maneira, em que momento, que planejamento o Ministério da Defesa está fazendo dentro dessa lógica do projeto, à luz desse ajuste que temos pela frente no Orçamento federal?

Ainda há pouco, o Presidente do Banco Central, na Comissão de Orçamento, dizia e nós questionávamos... O próprio Relator da proposta de Receita do Orçamento do ano que vem mostrou claramente, há poucos instantes na Comissão de Orçamento, que os cortes, que a realidade do Orçamento brasileiro haverá de ser neste momento levada em consideração.

Portanto, o movimento que existia anteriormente, de aumento da Receita, está caminhando para uma diminuição da Receita. Um aumento de 20 bilhões de reais que o Relator da Receita do Orçamento, aqui do lado, na Comissão de Orçamento, previa, está, Deputado Duarte Nogueira, Deputado Izalci, num processo inverso. Talvez pela pressão da equipe econômica nova. Ou seja, um ajuste pesado. E em que condições, à luz desta deterioração orçamentária, se trabalha dentro deste projeto?

Eram as considerações que eu gostaria de fazer, Sr. Presidente, agradecendo muito a atenção dos senhores que comparecem aqui para esclarecer essas questões de interesse do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - O.k. Antes de passar para os nossos convidados responderem esta primeira série de perguntas, eu quero registrar a presença do Daniel Wartko, Primeiro-Secretário da Embaixada dos Estados Unidos, Seção Política; do Cel. José Espinosa, oficial superior de defesa, Adido de Defesa e do Exército da Embaixada dos Estados Unidos em Brasília; e do



San Valencia, Capitão-de-Mar-e-Guerra dos Estados Unidos, chefe do escritório de Ligação Militar da Embaixada dos Estados Unidos. Agradecemos a presença de vocês.

Passo, então, a palavra ao Ministro Celso Amorim.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM - Respondendo inicialmente às indagações do Deputado Emanuel Fernandes, eu necessariamente vou precisar de auxílio técnico em alguns aspectos.

Destaco inicialmente que ele também teve palavras positivas sobre a questão do aprendizado que resultará de uma aquisição deste tipo, que não seja uma mera compra de um avião pronto.

Com relação ao índice, na realidade ele se baseou... Primeiro, é preciso esclarecer o seguinte: a proposta feita inicialmente foi em 2009 e tinha validade até 31 de dezembro de 2010. Nós conseguimos concluir a negociação em 2014 e iniciar o processo propriamente em 2015. As referências que foram feitas, pelo menos por mim, anteriormente aos valores de 2009 tinham como objetivo serem comparadas com as outras propostas. Aproveito para responder, ou pelo menos mencionar outra pergunta feita: sempre houve clareza. A própria Aeronáutica, desde o início, mostrou-me que haveria uma atualização. Eu não poderia dizer que sabia exatamente de que se comporia a atualização, mas que haveria uma atualização, em parte, devido à atualização tecnológica; em parte, aos novos requisitos brasileiros; em parte, também, à necessidade de nacionalizar alguns equipamentos. Talvez o Brigadeiro Crepaldi possa dar a resposta de como isso se divide, digamos. Eu tenho, digamos assim, uma informação básica sobre isso. Eu sei que 72% dos itens foram mantidos, agora, não sei se 72% do valor, para falar a verdade. Então, teria uma conta a ser feita que eu não tenho condições de fazer.

Além disso, houve então a aplicação do índice sueco, do índice industrial sueco para os produtos remanescentes, para aqueles cuja demanda permaneceu em relação a 2009. Levaram-se em conta três índices. Todos os índices constam nos *sítes* suecos, são públicos, e sobre eles não há a menor dúvida: o IG-21, que é o índice de custo de trabalho, incluindo impostos sobre a mão de obra de trabalhadores da indústria de mineração, de extração, da fabricação de produtos metálicos, etc.; o IG-22, que é o índice de custo de trabalho, incluindo impostos



sobre a mão de obra de Engenharia, conforme publicado pelo Departamento de Estatísticas Mensais do Instituto de Estatística da Suécia; e o IG-24, internacional, que é o índice de preços de disponibilidade interna para produtos metálicos. Esse é o índice dos produtos que a Suécia não produz, na realidade, e que terá que comprar para incorporar ao avião.

Então, eu creio, e isso pode estar sempre sujeito à discussão, que não houve aumento de preço para compensar uma eventual perda de mercado por se ter deixado de vender determinado avião. Houve — e isso está comprovado nos cálculos, nos números, que estão disponíveis, como já foi dito, na Comissão, na COPAC, e poderão ser verificados especificamente. E é obedecendo estritamente a regra do Tribunal de Contas para esse tipo de situação. Um contrato que foi negociado, uma oferta que foi feita em 2009 e que se concretizou em 2014. Bem, essa é a principal questão.

Sobre a questão fiscal eu não tenho competência para responder. Eu cuido da minha área e tento, digamos, valorizar o aspecto que tem a área da defesa não só pelo emprego de mão de obra — eu tenho aqui os números, talvez o Brigadeiro Crepaldi tenha de memória —, dos empregos diretos e indiretos que serão criados por este projeto FX-II, que é considerável.

Em geral, também, todos os produtos que têm resultado desse tipo de ação nossa têm também resultado em grandes exportações, como foi lembrado, creio, por V.Exa. mesmo. Com relação ao AMX, que também foi mencionado por outro Deputado, inicialmente era um projeto que era só o Brasil, estavam comprando o Brasil e a Itália. Depois, em grande medida, em virtude da atualização tecnológica que isso permitiu na nossa aviação comercial, resultou naquele que foi um dos principais itens de exportação brasileira, e que tem sido um dos principais itens de aviação brasileira, que são os aviões comerciais da EMBRAER. Então, isso são coisas ligadas e que nós não podemos separar totalmente.

Além do objeto absolutamente essencial da defesa da soberania nacional, que obviamente tem um custo, nós não podemos esperar que a defesa da soberania nacional não tenha custo, há também o benefício decorrente das exportações. E eu não estou falando de teoria; todo dia eu assino, quase todo o dia, porque quando é acima de um determinado nível, a assinatura do Ministro da Defesa é requerida,



exportações brasileiras importantes na área aeronáutica, e em outras áreas onde também se fez investimento. A AVIBRAS tem vendido para a Indonésia, para a Malásia; os Super Tucanos da EMBRAER têm sido vendidos para várias partes do mundo, na América do Sul, na África, na Ásia, na Indonésia, também, recentemente, e até nos Estados Unidos. E tudo isso também são requisitos. Hoje mesmo eu li uma notícia, que não deixa de ter interesse fiscal, embora seja pequeno, de que a Aeronáutica passará a receber *royalties* em função das vendas da EMBRAER, porque já se chegou num estágio em que ela é a detentora da propriedade intelectual do avião, ela passará a receber *royalties*.

Então, eu acho que este é um cálculo que tem que se fazer medindo-se o curto e o médio prazos. Eu não tenho ilusões de que evidentemente, como todos os anos tem sido, haverá uma grande dificuldade na realização do orçamento do Ministério da Defesa, porque o Brasil é um país que tem grandes necessidades, tem carências em todas as áreas, tem carências na área social, tem uma sociedade com grande capacidade de demanda — e é bom que seja assim, nós gostamos que seja assim —, mas também tem que lidar com a sua soberania.

O Brasil — e não quero compará-lo com nenhum outro país, pois não seria legítimo —, não pode ter o maior litoral atlântico do mundo, não pode ter quase 17 mil quilômetros de fronteira... Eu sempre sou cobrado aqui pelo que nós estamos fazendo na fronteira, e esses aviões ajudarão também a patrulhar a fronteira e a dissuadir quaisquer ameaças que possam vir pela fronteira.

Em suma, nós temos necessidades de defesa indiscutíveis num mundo. Eu repito, é um mundo em que, se nós não temos... É verdade que a Suíça não tem guerras há 200 anos, e o Brasil não teve nenhuma guerra dele, digamos assim, nos últimos 140 anos, mas é verdade também que, há 60, 70 anos, nós estivemos envolvidos em uma guerra que não era nossa. E não adiantava você dizer aos contendores daquela guerra que aquela guerra não era nossa, nós tínhamos que nos defender, nós tínhamos que defender nossos navios, tivemos que defender nossa costa. Evidentemente, para fazer isso de maneira eficaz, nós precisamos de equipamento. Melhor ainda, dispondo desse equipamento, nós dissuadimos potenciais adversários de nos atacarem. E quando eu digo “potenciais adversários”, não estou me referindo a inimigos, porque felizmente o Brasil não tem inimigos, mas



as situações do mundo são imprevisíveis, e nós temos que equipar adequadamente as nossas Forças Armadas. Eu acho que ninguém discute isso.

Agora, há uma disputa orçamentária por outras demandas, evidentemente existe, é um fato real, é uma dificuldade que nós todos teremos que enfrentar. Eu tenho a convicção, nesses últimos anos, os anos em que me coube estar à frente do Ministério da Defesa, de que mais de 90%, de 95% do investimento na defesa foi preservado. Eu costumo comparar com 2003, em que houve um crescimento considerável, em termos nominais, quase 100%; em termos reais, menos, evidentemente, ainda assim, um crescimento muito considerável na área de investimento em defesa.

E volto a dizer, estou convencido, não é fácil, talvez isso tenha que ter flutuações, não sei, eu não posso prever, que o Brasil gasta hoje do seu PIB cerca de 1,5% em defesa, incluindo tudo: pensionistas, mão de obra, etc. A média dos países do BRICS é de 2,5%. O meu objetivo de médio e longo prazos seria chegar a 2% do PIB, porque é um País que tem que se defender, como os outros países do BRICS têm que se defender também. Agora, como isso vai se dar ao longo dos anos, é uma disputa que ocorre na sociedade, que se reflete no Congresso e que terá que ser resolvida dessa maneira. Eu não tenho condições de arbitrar esta questão. Eu não sei se a resposta é satisfatória, mas é a que eu posso dar. Reconheço que o País tem dificuldades, que nós temos que superá-las, mas nós temos que superá-las em conjunto.

Creio, Deputado Duarte Nogueira, que já mencionei o aspecto de que, na realidade, a atualização do preço não se deve apenas à atualização tecnológica. Uma parte substancial dela — peço ao Brigadeiro Crepaldi para complementar — deve-se à atualização dos componentes individualmente e do custo de produção desses componentes, tais como medidos de maneira fiscalizada pela COPAC, que tem tradição de negociar esse tipo de acordo. Houve uma supervisão por uma comissão interministerial, como eu mencionei no início da exposição. Mas, nós temos confiança absoluta no trabalho da COPAC de fazer essa negociação. Ela já fez várias outras. Inclusive, como já mencionei, cito apenas duas muito importantes: o AMX há mais tempo; muito recentemente, o próprio KC-390, que é brasileiro, mas não deixa de ter despesa de qualquer maneira, com componentes também



importados e o A-Darter, que nós estamos construindo junto com a África do Sul — só para mencionar alguns dos projetos.

Com relação ao referendo da Suíça, creio que quase todos aqui sabem. V.Exa. não disse isso, mas é bom deixar claro. O referendo, pelo que eu entendi, não é para não comprar este tipo de avião. Eles deixaram de comprar caça, porque acharam que não precisavam de um caça de última geração. Se eu não me engano, não posso ter certeza absoluta, a Suíça tem um caça tipo F-18, que já é mais avançado do que qualquer um dos nossos caças. Seja como for, evidentemente é um país que está em um contexto diferente, cuja posse de recursos naturais é infinitamente menor do que a nossa. Enfim, eu já morei na Suíça, é muito difícil compará-la com o Brasil em qualquer outro aspecto. Houve um referendo e decidiu-se não comprar o caça.

Na realidade, o Brasil é um País que tem necessidade de defesa muito grande, tem deficiências muito grandes. Eu repito, sempre que discutimos outros temas e de maneira mais ampla, a cobrança tende até a ser inversa: *“Por que não estamos fazendo mais nas fronteiras? Por que não estamos, por exemplo, investindo no PROSUPER?”* Esse é um desdobramento de um programa marítimo. Estamos mais concentrados, neste momento no PROSUB, porque os recursos não dão para tudo.

Nós temos trabalhado assiduamente, não chegamos ainda a uma conclusão — tenho que dizer a V.Exa. com toda a franqueza —, na construção de um plano de articulação e equipamento de defesa para o Brasil, por um longuíssimo prazo. Se eu não me engano, o nosso PAED — Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa é de 25 anos. O primeiro PAED que eu encontrei era, na realidade, uma lista de desejos, todos eles muito razoáveis. O nosso esforço é dar um choque de realidade em relação aos orçamentos existentes, procurando o aumento que me parece compatível com o nosso tamanho e com a nossa grandeza. Ainda assim, isso exige um redimensionamento de vários projetos. E é o que nós estamos tentando fazer. Eu já não tenho muita esperança de que isso fique pronto até o fim desta administração. Mas é um trabalho intenso. Vários dos nossos generais de quatro estrelas das três Forças estiveram envolvidos, o nosso Secretário-Geral, que está aqui também, o Secretário de Produção Industrial, além do Estado Maior em



conjunto às Forças Armadas. Não é algo simples, mas é um esforço que, pela primeira vez, o Brasil está fazendo: ter realmente um plano que permita antever aquilo que é realizado. Claro que sempre tento lutar pela minha pasta — é o meu papel, outros tentarão — e compreendendo também as dificuldades que o Brasil possa ter em outras situações.

Quanto à Compensação Estágio, o que eu sei e posso dizer a respeito é que o acordo do Offset, que é quase o dobro do valor do contrato propriamente dito, foi assinado juntamente com o contrato comercial. Então, não é uma coisa que a gente vai discutir depois, porque, se fôssemos discutir depois, nosso poder de barganha seria muito pequeno. Então, ele foi assinado concomitantemente, foi discutido antes, e foi assinado concomitantemente.

Agora, o grau de precisão de que cada coisa foi cumprida já é algo que eu posso voltar. Por exemplo, V.Exa. mencionou que há 120 mil itens, quais o Brasil vai produzir, quais não vai. Eu não posso dizer; eu dei aqui alguns exemplos de itens altamente sensíveis que nós teremos condições de produzir. E, volto a dizer, é um aprendizado, é algo que nós não... Seria muito simples dizer: *“Bom, vamos aqui receber um offset em uma outra área”* ou *“vamos apenas fazer a montagem no Brasil”*. Não. São áreas essenciais que dizem respeito aos *softwares*, que dizem respeito a sistema de armas, que dizem respeito à incorporação, inclusive de armamento que nós já produzimos. Enfim, são coisas que dizem respeito, creio eu também, ao coração tecnológico do avião com uma grande exceção — é preciso que todos saibam, porque isso seria o caso com qualquer um deles: o motor. A turbina será também adquirida pela SAAB, porque ela própria não produz também. Há cinco ou seis países no mundo que produzem turbina.

Eu acho que é desejo brasileiro, a médio e longo prazos, poder produzir turbina. Já houve projeto de começarmos a produzir turbinas, não de avião, mas de menor capacidade que, infelizmente, não tiveram todas as possibilidades de se desenvolver. Mas eu acho que deve ser uma constante preocupação brasileira ter autonomia também nessa área. Não será fácil. Será algo a buscar a longo prazo. Essa limitação se aplicava aos três projetos, porque nenhum dos três propôs produzir a turbina no Brasil.



Com relação à declaração do Brigadeiro Crepaldi, creio que ele mesmo poderá esclarecer, mas eu posso dizer o que sei. No plano original da Aeronáutica eram 108 aeronaves, mas ele está segmentado. Então, 36 foram os que entraram agora. Eu quero dizer a V.Exa. que, mesmo na versão do PAED que eu tenho, ainda não está completado, não tem 108, tem um número um pouco menor, porque, quando há esse choque orçamentário, implica uma diminuição. Creio que 108 seria uma situação ideal, mas o que há de previsto, o que há programado hoje efetivamente para ocorrer são esses 36.

O que exatamente vai ser feito em Gavião Peixoto, eu também pediria ao Brigadeiro Crepaldi para responder, mas eu posso dizer que a EMBRAER está muito satisfeita e tem trabalhado intensamente nesse projeto. Hoje mesmo eu recebi o Presidente da EMBRAER Defesa, e ela está muito engajada. E eu repito um dado — não sei se V.Exa. estava aqui quando eu falei, talvez estivesse, desculpe-me, perdoe-me: a EMBRAER vai ter lá 100 engenheiros. Não é um número pequeno, é uma grande aposta. São 100 engenheiros e 60 técnicos. Enfim, 160 pessoas entre técnicos e engenheiros que estarão presentes na Suécia para absorver tecnologia e ter a certeza de que traremos para o Brasil algo de muito real.

Deputado Vanderlei Macris, como eu disse, nós criamos um comitê de acompanhamento de vários Ministérios e, de alguma forma, isso esteve claro. Aliás, eu devo dizer que o Brigadeiro Saito, desde o início, preveniu-me que, provavelmente, logo depois, alguns itens teriam que ser reajustados. Há um item, por exemplo, cuja incorporação se deve até a preocupações do tipo de não ter *backdoor*, coisa que se tornou muito em voga em função dos problemas eletrônicos. E depois talvez isso possa ser explicado em uma reunião mais adequada com o Brigadeiro Crepaldi. Então, há preocupações desse tipo.

Na realidade, digamos assim, o valor total não foi para mim uma surpresa, foi algo que ia se passando. Agora, o valor total, depois de tudo negociado, eu tomei conhecimento no dia 7 de outubro, se não me engano, no dia 7 de outubro.

Devo dizer também que antes, digamos, de dar um *placet* adicional — porque já havia esse *placet* para a assinatura do contrato —, eu pedi também que a Aeronáutica mantivesse uma reunião, da qual participou também o Dr. Ari, creio, nosso Secretário-Geral, e a nossa Secretaria de Produção Industrial, com o setor



econômico do Governo, para que ele também estivesse a par dessas implicações. E não houve nenhuma objeção. Isso ocorreu 2 dias depois da apresentação para mim.

Do nosso ponto de vista, não há nenhum equipamento desatualizado. Nós estamos aqui, digamos, no estado da arte do que existe em matéria de aviação. Talvez alguém possa complementar alguma coisa, mas o único passo acima seria o avião de quinta geração, cuja característica principal é a da furtividade. Nós sabemos que alguns desses aviões estão tendo enorme dificuldade ainda para ser... Houve também inúmeras desistências. Não é uma questão simples. Talvez seja até interessante procurar. Confesso que não vi quanto o Ministério da Defesa sueco já empenhou em termos orçamentários para a compra do avião. É uma pergunta, aliás, interessante de se verificar. Mas, como o nosso cálculo foi baseado exatamente naqueles mesmos itens e a atualização foi feita da maneira como mandam as normas do TCU, foi satisfatória para nós a apresentação da atualização dos índices suecos que explicavam o aumento.

Se o Brasil é o único comprador? Hoje a aviação é um mercado muito complexo. Eu me lembro de que há 3 anos, mais ou menos, logo no início da minha gestão, eu fui à Índia, que era um dos outros potenciais clientes do Rafale, também um grande avião, muito mais caro, e com custo de manutenção... Aí sim, digamos, a preocupação com a realidade orçamentária pesou muito também em relação ao avião francês. Mas o contrato com a Índia foi escolhido naquela época. Aliás, há mais tempo já tinha havido uma exclusão e tinham ficado apenas o Rafale e o Eurofighter. No comecinho de 2012 — eu já era Ministro há 3 meses —, houve a opção pelo Rafale, e até hoje o contrato não foi assinado. Essas são questões muito complexas.

Nós sabemos de outros países potencialmente interessados, alguns até na nossa região, que têm interesse em adquirir do Brasil o Gripen NG. Então, há outros países interessados. Agora, isso tudo é um processo que não se resolve assim. Não se tem uma conta certa da noite para o dia. Agora, o aumento da compra sueca é também substancial, creio que de mais de 60 aviões também.

Bem, outra pergunta foi se o avião é efetivamente fabricado. Existe um protótipo. O avião ainda está em fase finalíssima de, digamos assim, desenvolvimento, e é justamente o que nos permite ter a propriedade intelectual. Se



o avião fosse pronto, nós estaríamos comprando um avião absolutamente pronto, mas a expectativa é receber o primeiro em 2019 e, ao longo de 5 anos, receber inclusive aqueles produzidos no Brasil.

Sua outra preocupação é sobre as contas públicas. Eu não tenho nada a comentar a respeito.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, permita-me. Todos nós sabemos das dificuldades que o País enfrenta a partir do ano que vem. O Orçamento, discutido aqui no Congresso, já demonstra claramente a preocupação do Governo com o enxugamento, com cortes, etc. e tal. V.Exa. não faz nenhuma discussão interna no Governo, em razão dos compromissos que tem com esse contrato, com o que vai acontecer no ano que vem?

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM - Deputado, eu tenho que lhe ser absolutamente sincero. Todas as nossas discussões foram com a equipe econômica que atuou ao longo do Governo da Presidenta Dilma. Eu não tive nenhum contato com integrantes do futuro Governo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Brigadeiro, o senhor quer fazer uso da palavra?

O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO - Só quero complementar, mais para o Deputado Duarte Nogueira, que fez menção ao estágio de negociação do *offset*. Quero deixar muito claro que, primeiro, a gente nunca indica qual é o beneficiário do *offset*. No processo que a Força Aérea faz, a gente solicita às empresas ofertantes que escolham seus parceiros, para apresentarem para a Força Aérea o projeto de transferência de tecnologia e o parceiro. Com isso, o risco todo fica por conta da empresa. Se alguma coisa der errado, a obrigação permanece. Eu acho importante dizer isso.

Hoje, no Brasil, se os senhores olharem para o parque industrial espacial brasileiro, verão que existem cinco ou seis indústrias-chave. No Projeto FX-2, coincidentemente, as empresas beneficiárias eram as mesmas nas três ofertas, por causa justamente dessa condição. Quando eu falo em integração, em uma empresa líder para integrar e produzir uma aeronave, é difícil não pensar na EMBRAER. Quando eu falo numa empresa para fazer armamento, não tenho como não pensar



em Mectron. Quando eu falo em uma empresa de desenvolvimento de projeto, eu penso na CAER. Quando eu falo numa empresa para desenvolver sistemas, eu vou pensar na CAER. Quando eu falo numa empresa para produzir aviônico, eu vou pensar na Aeroeletrônica.

Então, no estágio de negociação, como disse o Ministro, é premissa básica o contrato comercial ser assinado em paralelo com o acordo de *offset*.

Em relação à produção da aeronave no Brasil, de itens, como o Deputado Duarte Nogueira colocou, o Deputado Emanuel falou muito bem. Quando a gente faz um projeto como esse, o processo de absorção do domínio tecnológico é: eu ensino a fazer, dou o conhecimento, faço junto e, depois, faço sozinho, sendo supervisionado. Para que isso fosse possível, foi exigido, além do projeto de transferência de tecnologia, que a SAAB contratasse as nossas indústrias. Então, além do projeto de transferência de tecnologia, as nossas indústrias estão sendo contratadas pela SAAB para produzir. A gente chama isso de pacote de trabalho. Então, o que poderia ser feito pela SAAB nós exigimos que fosse feito no Brasil, para completar o ciclo de absorção do domínio tecnológico.

Era só para esclarecer ao Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES - Sr. Presidente, eu só quero uma resposta, se o Brigadeiro Crepaldi tiver: quanto o índice representa nesse 1 bilhão de dólares a mais, nessa atualização dos índices, e quanto é o resto?

O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO - Hoje, nós pegamos a oferta e aplicamos 20%, como o Ministro descreveu. Como determina o art. 40, acho que inciso XI, da Lei nº 8.666, é preciso aplicar índices setoriais que reflitam a real variação de custos. Isso nós fazemos em todos os contratos nacionais. Então, o que foi que nós fizemos? Nós buscamos os índices, como o Ministro Amorim colocou. Se aplicamos os índices, que estão disponíveis numa fórmula — uma fórmula básica de reajuste que temos —, nós temos uma variação de 20,04%. Aplicando 20,04%, o senhor vai ter um valor sobre a oferta básica. Hoje, em dólar de hoje — foi de cerca de 700 milhões de dólares a variação, como o Ministro colocou —, desses 700 milhões, cerca de 70% foram nesse índice. E com os outros 30% foi feito como o Ministro colocou: nós tivemos novos equipamentos, tivemos maior participação da indústria, por exemplo, na aviônica — nós resolvemos colocar um painel aviônico



Wide Area Display, o senhor sabe. O novo custo desse equipamento está embutido nesses 30%.

O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES - Então tem um quarto... Eu não estou entendendo. Se são 700 milhões em razão de índices novos, o resto... são coisas novas.

O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO - São novas funcionalidades, Deputado. É assim que a gente chama.

O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES - Desse índice de 700 milhões, que explica, digamos assim, os reajustes que houve, o senhor está dizendo que só 400 milhões são índice de reajuste... E os outros 300 milhões?

O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO - É como eu falei para o senhor. Por exemplo, o radar da aeronave. Nós tínhamos um radar de modelo antigo. Quando a empresa nos apresentou a nova oferta, o radar era um novo, com 30% em termos de mais eficácia.

O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES - Isso é novo.

O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO - Não, o radar continua. O equipamento era o radar, mas este radar era novo. Então, logicamente... Não era um requisito novo, era um radar melhorado, e, logicamente, com um preço maior. Então também está dentro desse valor.

O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES - Ou seja, renovação de índice, 400 milhões de dólares a mais. É isso?

O SR. JOSÉ AUGUSTO CREPALDI AFFONSO - Depende do câmbio, porque tudo (*ininteligível*), mas é por volta disso sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Tem a palavra o Comandante Juniti Saito.

O SR. JUNITI SAITO - Eu só queria complementar sobre quem opera o Gripen. República Tcheca, África do Sul, Hungria, Tailândia, se não me engano, e Suécia operam o Gripen C e D. O Gripen NG ainda vai ser desenvolvido. Então, quando as pessoas diziam que ele era um avião virtual, que estava no papel, eu dizia que isso não é problema para nós, é uma solução. Para quem quiser desenvolver uma aeronave, capacitar sua indústria de defesa, sua indústria espacial,



isso é uma solução, porque nós vamos fazer juntos, desenvolver desde a planta até a produção.

Quanto à quantidade de Gripen... Por exemplo, a Suécia encomendou 70; o Brasil, 36. Mas há já demanda de outros países por informações sobre esse avião.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Nós vamos dar a palavra agora aos Deputados inscritos, também em série. Eu gostaria que todos formulassem as perguntas, e depois a Mesa responderá.

Pela ordem, Deputado Izalci, Deputado Jair Bolsonaro, Deputado Carlos Zarattini, Deputada Perpétua Almeida e Deputado Hugo Napoleão.

Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, Sr. Ministro, antes de entrar propriamente nesse assunto, eu tenho aqui sete pontos importantíssimos que aconteceram semana passada e estão acontecendo esta semana, e quero aproveitar a presença do Ministro para fazer algumas perguntas.

O primeiro ponto, Ministro, é com relação a um portal. Eu sou da área de educação. O Governo Federal lançou no dia 5 deste mês o Portal Memórias da Ditadura, período de 1964 a 1985, com material didático para estudantes. Um dos objetivos do projeto é levar informações sobre a ditadura a quem não conhece esse período da história do País. Analistas destacam que o material tem caráter ideológico-partidário e que foca apenas na ação dos agentes do Estado.

Mesmo que V.Exa. ainda não tenha acessado o portal, eu pergunto: o senhor acha correto ser ensinado aos nossos jovens a história desse período com uma visão unilateral? É omitindo dados e fatos que devemos construir a história da Nação brasileira, formando a nossa juventude com meias verdades? Isso é com relação ao portal.

Comissão da Verdade. Está prevista para amanhã a entrega do relatório final da Comissão da Verdade. Matérias jornalísticas têm identificado um viés partidário-ideológico que procura olhar apenas um lado da história, ao tempo em que busca enfraquecer os militares das Forças Armadas por meio de campanhas difamatórias. Destacam também que as Forças Armadas continuam gozando da alta estima popular, sendo consideradas a instituição de maior credibilidade na sociedade



brasileira. Escrevem ainda que a Comissão da Verdade busca reescrever a história impondo uma versão falsa dos fatos.

Pergunto a V.Exa.: as Forças Armadas deixaram de atender algum pedido da Comissão da Verdade? Houve ou não omissão da Comissão da Verdade quando deixou de ouvir os sequestradores do Embaixador norte-americano Charles Elbrick, como também os responsáveis pela morte do Soldado Mário Kozel Filho, além daqueles que perpetraram o atentado a bomba no Aeroporto de Guararapes, em Recife?

A imprensa noticiou no dia 18 de novembro de 2014 que a Comissão da Verdade, segundo o Sr. Pedro Dallari, irá pedir a punição de 100. Hoje nos jornais eu vi 300.

Diante da visão unilateral da Comissão e da Lei da Anistia, como o senhor analisa uma provável responsabilização criminal e pedido de punição a agentes do Estado?

Depois eu passo a V.Exa. por escrito as perguntas, para facilitar.

O terceiro ponto é a Lei da Anistia. Sr. Ministro, o senhor é a favor ou contra a revisão da anistia? Sendo a favor da revisão, o senhor julga que ela deva ser revista para todos que dela se beneficiaram, ou apenas para responsabilizar e punir os agentes do Estado?

O quarto ponto é a garantia da lei e da ordem. A possibilidade de emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, surge no momento em que fica caracterizado o esgotamento dos instrumentos destinados à preservação da ordem pública — art. 144 da Constituição Federal. Pergunto a V.Exa.: o Chefe do Executivo do Rio de Janeiro reconheceu formalmente a falência e a incapacidade das forças de segurança do Estado para a preservação da ordem pública? Empregar as Forças Armadas em ações tipicamente urbanas é medida extrema, a ser adotada em situações igualmente extremas. A tropa que está em operação no Complexo da Maré possui mais de 2 mil homens e iniciou sua atuação em 5 de abril de 2014. Tendo em vista que nas operações de garantia da lei e da ordem o emprego da tropa deve ocorrer em tempo limitado e que já se passaram mais de 8 meses, quanto tempo mais os militares permanecerão no Complexo da Maré?



Mesmo levando em consideração legislações específicas para cada tipo de missão, os militares que estão operando no Complexo da Maré possuem amparo jurídico para suas ações, semelhante ao dos militares que se encontram no Haiti? O apoio logístico e administrativo proporcionado aos militares que se encontram no Complexo da Maré é semelhante àquele proporcionado aos militares que estão no Haiti?

Outro item é a remuneração dos militares. Estou concluindo. Só mais dois itens, rapidamente.

Pagamento do passivo dos 28,86%. Acho que todos já conhecem o assunto. Eu mesmo apresentei uma emenda sobre isso. Há decisão do Supremo, decisões de diversas ordens. Eu pergunto a V.Exa.: o que o senhor pode dizer aos militares das Forças Armadas que assistem ao Governo que V.Exa. representa não cumprir a lei, negando-lhes um direito reconhecido pela mais alta corte do País? Por que V.Exa. não solicita à Ministra do Planejamento a inclusão da proposta no Orçamento da União?

Atualização da tabela de transporte. V.Exa. sabe que a última vez que foi atualizada a tabela de transporte foi em 1995. Essa diferença entre a tabela de 1995 e o preço de 2014 é transferida para o militar. Eu pergunto a V.Exa.: sendo a indenização do transporte de bagagem uma obrigação da União, não deve o militar que complementa o pagamento ser ressarcido? O senhor conhece alguma outra categoria do serviço público cujo servidor pague do próprio bolso o transporte da sua bagagem mesmo quando transferido por necessidade de serviço? O senhor já levou as questões relativas ao passivo de 28,86% e à atualização da indenização de transporte e bagagem à Presidência da República? O senhor não acredita que a decisão é política?

Para finalizar, Sr. Presidente, pergunto sobre a situação salarial dos militares. Sr. Ministro, eu gostaria de ter o compromisso de V.Exa. de, em permanecendo no cargo, comparecer a esta Comissão na primeira quinzena de abril de 2015 para, numa audiência pública, tratar exclusivamente das propostas em estudo no Ministério da Defesa relacionadas à remuneração dos militares. Digo isto, Sr. Presidente, porque a política de remuneração dos militares foi objeto aqui de uma audiência pública. Vou colocar entre aspas o que disse o Sr. Ari Matos, Secretário-



Geral do Ministério da Defesa: *“A política de remuneração para os militares, após 6 anos de estudo, está sendo ultimada, e com ela serão criadas as condições para superar a defasagem salarial. Ela será o norte, o orientador daquilo que precisa ser feito”*. Isso lá atrás, em 2013, e ele disse que já havia 6 anos de estudo. Sr. Ministro, passados 8 anos de estudos e trabalhos, o que deu errado com relação a isso?

Agora sobre o Hospital das Forças Armadas, que V.Exa. conhece muito bem, até porque é um dos seus usuários. No edital lançado para médicos do HFA está previsto um salário de 3.500 reais, enquanto o GDF paga 10.500 reais para meio período de 20 horas, os cubanos... Eu perguntaria: será que um médico no HFA não merece ganhar o mesmo que um médico do GDF ou um médico do Programa Mais Médicos “Brasil e Cuba”?

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, pela ordem. Há um Regimento aqui.

O SR. DEPUTADO IZALCI - É a última, estou encerrando.

Quais as razões que o MPOG apresenta ao Ministério da Defesa para justificar o salário para um concursado do HFA sem nenhum atrativo? E por que, ou por quanto tempo mais ficarão fechadas as unidades médicas do HFA? Na condição de usuário em potencial do hospital, como o Ministro da Defesa avalia os serviços médicos oferecidos pelo HFA?

Aproveito para incluir a questão do auxílio moradia e, se V.Exa. também puder colocar a posição de V.Exa. com relação ao QESA, que já foi aprovado aqui por unanimidade...

Sr. Presidente, eu me reinscrevo para falar sobre esse assunto.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Ministro, por favor.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Ministro, por favor.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Ele já terminou, já concluiu. Vamos passar para frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Ministro, regimentalmente, a audiência pública não trata de nenhum dos sete pontos



apresentados pelo Deputado Izalci. Então, o senhor tem a liberdade de responder-lhe ou não.

Vou dar continuidade à chamada dos inscritos, mas quero ressaltar, Ministro, que V.Exa. não tem nenhuma obrigação de dar nesta audiência resposta às perguntas formuladas, a não ser que deseje comentar alguma questão.

Tem a palavra o Deputado Jair Bolsonaro. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Sr. Presidente, pela ordem. Não é bem isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Isso é do Regimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - O Regimento dispõe que o Deputado inscrito, art. 256, disporá de 3 minutos para falar estritamente sobre o assunto da exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Eu garanti a palavra ao Deputado, ele formulou suas questões, expressou seu pensamento. Cabe à Mesa responder ou não, se quiser.

Deputado Jair Bolsonaro. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - E o convidado deverá limitar-se ao tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Já pus restrição ao tema.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Essa intervenção é para tumultuar a audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - O Deputado Jair Bolsonaro está com a palavra.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Reclamavam de mim, não é? “Capitão” Izalci, reclamavam de mim!

Sr. Ministro, Sr. Comandante, meu amigo Deputado Eduardo Barbosa, Sr. Brigadeiro Crepaldi, eu vou fazer uma miscelânea aqui, mas vou ser bem mais breve que o “Capitão” Izalci.

Primeiro, concordo com V.Exa., Ministro: nós não temos inimigos externos. Temos o Foro de São Paulo, então realmente não precisamos mais nos preocupar com a política de defesa do nosso País. Quando o Paraguai quis triplicar o que nós



pagávamos daquela cota não usada pelo Paraguai, o Brasil cedeu rapidamente. Há também a questão da Bolívia. Quando tomaram a nossa refinaria, o Brasil até chegou à conclusão de que estávamos tendo um comportamento imperialista, e a entregamos para os bolivarianos. Então, realmente nós não temos inimigos aqui na América Latina.

Pelo que eu vi na mídia, em especial no Blog do Planalto, a Sra. Presidente Dilma Rousseff aprovou uma agenda agora lá na UNASUL. Eu sei que Cuba não faz parte da UNASUL ainda, mas ela pode vir a ser agregada. Ali se resolveu a criação de uma escola sul-americana de defesa. Eu não sei para que serviria isso, se para um nivelamento do conhecimento marxista para todos nós. Quem sabe um coronel só saia brigadeiro depois que cursar essa academia marxista. Talvez. E, do lado ali também, entre tantos outros assuntos, abertura do espaço aéreo dentro da UNASUL. Não sei se isso é para colaborar para o tráfico de drogas ou de armas e munições, já que temos 11 mil cubanos aqui dentro, milhares de haitianos, angolanos, bolivianos, e por aí fora. Talvez eu esteja dizendo uma besteira, mas não é isso o que o povo pensa aí fora. E falta a Defesa se pronunciar no tocante a isso, até para eu passar a acreditar em V.Exa.

Quero dizer ao prezado Comandante Saito que nunca o Brasil depositou tanta confiança nas instituições Marinha, Exército e Aeronáutica. Nunca. Nunca o povo esteve tão impaciente, a ponto de creditar a V.Exa., à sua Força, a salvação da nossa democracia e da nossa liberdade, dadas as medidas que o Governo vem tomando ultimamente. Eu me orgulho de ter V.Exa. como Comandante da Aeronáutica.

E mais, Sr. Ministro. V.Exa. está num Governo em crise de credibilidade. De tudo se desconfia, de tudo! E logicamente, essa onda veio para cima da instituição fardada. Quando há uma compra qualquer, vem logo a desconfiança. Mas, pelo que eu conheço, por ter integrado e saber do que é, do que foi e do que será a nossa Aeronáutica nesse episódio, eu não tenho nada a temer no tocante a isso.

Parto para a conclusão, basicamente. V.Exa. não pode dissociar esse equipamento caro e sofisticado que está sendo comprado da mão de obra, do homem que está dentro do *cockpit* — acho que é esse o nome usado para o lugar onde o piloto opera. Se o senhor levar em conta as evasões, só este ano, nas três



Forças, está em 225 o número de evasões. Isso não é surpresa, porque ano passado foram 250 e, no ano retrasado, 249. A faixa é essa, de 250. Isso é maior que um efetivo formado pela Academia da Força Aérea, maior que o efetivo formado pela Escola Naval, praticamente o efetivo formado pela Academia Militar das Agulhas Negras. E o pessoal é extremamente preparado! O brigadeiro falou aqui em projetos fora do Brasil, inclusive. Só do quadro de engenheiros — o Deputado Emanuel fez ITA, não fez? —, foram 22 este ano, e ano passado foram 34. É um absurdo o número de evasões. A Defesa tem que se posicionar no tocante a isso, até porque a gente chega à conclusão, talvez, de que há bons equipamentos, e a qualidade do pessoal formado... Pior do que a qualidade, Sr. Ministro, é aquela qualidade que não entra, é a garotada que não quer entrar mais, por uma questão salarial absurda!

Há poucos dias estive na Escola de Especialistas da Aeronáutica, onde conversei com alguns oficiais, porque não publicaram em *Diário Oficial*, sobre a evasão no quadro de especialistas. Também é absurdo! Por quê? Em especial, Comandante Saito, pelo excelente nível de formação que a escola que está sob comando de V.Exa. dispensa aos jovens brasileiros. A única coisa que sobra de consolo para nós é que essa garotada vai botar o macacão ou o paletó e gravata aí fora e vai servir a Pátria, bem trabalhando naquela nova função.

Último assunto. Nós militares, porque sou capitão do Exército — fui processado no STM, mas fui absolvido; alguns acham que eu fui cassado, mas eu fui absolvido —, nós somos diuturnamente, Sr. Ministro, esculachados por este Governo, caluniados por uma comissão de patetas escolhidos a dedo por uma pessoa que esteve do lado de uma parte da luta armada. Eu não quero dizer aqui tudo o que ela fez, mas o primeiro marido sequestrou um avião e foi para Cuba, forneceu a sua residência para que fosse executado um capitão boliviano e acabaram executando um major alemão. O segundo marido passou a lua de mel com ela assaltando caminhão de carga na Baixada Fluminense, roubando armas em quarteis, assaltando bancos. A VPR, que a Dilma Rousseff integrou, participou da execução a pauladas de um tenente de 23 anos de idade, Alberto Mendes Júnior, no Vale do Ribeira. E eu posso falar muito, porque conheci o Rubens Paiva com 10 anos de idade, sobre essa farsa que é o caso Rubens Paiva. Já contei duas vezes



sobre essa farsa, da tribuna da Câmara, e a imprensa não dá espaço. Essa mesma VPR, como disse o Deputado Izalci, participou do atentado com carro-bomba que matou o soldado Mário Kozel Filho.

E amanhã é um dia de glória para a esquerda. Dizer que foram heróis?! Heróis como?! Com dinheiro de Fidel Castro! E agora o Governo manda uma grana para lá. Por que não se pode desconfiar, a partir do momento em que não há transparência, de que uma parte disso — 200 milhões, 300 milhões, 400 milhões — vem para o Brasil, para os companheiros, ou para os companheiros do Foro de São Paulo?

Ministro, V.Exa. se sente tranquilo em ver amanhã as Forças serem esculachadas por esses revanchistas que tentaram impor aqui a ditadura do proletariado? Basta ver a história! Não é preciso Comissão da Verdade. Vá à Biblioteca da Câmara e veja o passado. Todo mundo pediu a saída de João Goulart, inclusive essa OAB que não fala nada agora sobre corrupção, toda a imprensa, a Igreja Católica...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Conclua, Deputado.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Concluindo, Sr. Presidente, a imprensa, os empresários, os agricultores!

Ele foi cassado aqui, na verdade, por uma votação simbólica do Congresso Nacional, e depois Castelo Branco foi eleito pelo Congresso Nacional, inclusive com o voto de Ulysses Guimarães.

O dia de amanhã é o dia do esculacho em cima das Forças Armadas. Como é que fica a nossa imagem lá fora? V.Exa. se sente bem? Eu fui, agora, contatado pela imprensa russa para falar sobre isso. Dá vergonha, mas sou obrigado a falar. A anistia é para ser esquecida!

Eu peço a V.Exa... Eu não vou pedir a V.Exa! V.Exa. tem 72 anos de idade. O Comandante da Aeronáutica também tem 72 anos de idade; é 3 meses mais velho do que V.Exa. Ele está sendo... Ele sente... Eu não vou falar por ele, nem por Força nenhuma, mas, com toda certeza, ele nem vai dormir hoje pelo que vai acontecer amanhã, porque é uma mentira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - O.k., Deputado.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - É um esculacho, é uma mentira!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Vamos concluir?

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Deputado Bolsonaro...

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Quem quer que eu conclua? Ah! pois não, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Por favor!

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Eu não vou pedir a V.Exa!

Eu vou lembrar que agora, no final do mês... Ouviu, Deputado Izalci? No final do mês faz 14 anos que uma medida provisória não é aprovada. Não jogue a culpa em nossos Parlamentares, porque V.Exa. sabe como é que funciona este Parlamento e como é feita a votação da LDO, na base de 700 paus para cada um aplicar onde bem escolher; com o seu Chefe do Executivo local, como bem entender, para proveito próprio ou não. Não sei!

Mas eu peço a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Obrigado, Deputado.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - ... que reflita sobre isso, porque as Forças Armadas não merecem a omissão de V.Exa. em casos tão importantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Zarattini.

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu só queria lembrar a V.Exa. que nós temos que seguir o Regimento. Há um tema a ser tratado aqui, que é a compra dos caças Gripen, cujo requerimento inicial é do Deputado Rubens Bueno, com o apoio de vários Deputados do PSDB. Inclusive nós demos nosso apoio para que este tema fosse tratado aqui nesta Casa, porque nós achamos de grande importância que esta Casa tenha conhecimento da política que vem sendo levada adiante desde que foi elaborada a Estratégia Nacional de Defesa, durante o Governo Lula, e vem tendo continuidade agora. E é uma política de grande importância para o País.

Lamentavelmente, nós vimos provocação. Mas nós não vamos aceitar provocação e não vamos fazer esse debate, porque ele vai ter hora para ser feito — e está sendo feito. Então, nós não vamos tratar disso agora; vamos tratar da compra



dos caças Gripen, conforme manda o Regimento. E V.Exa. deve cumprir o Regimento e limitar essas intervenções. Esse é o meu modo de ver.

Eu queria dizer, Deputado Emanuel, que foi um dos que também assinou o requerimento de convite, que a questão que está sendo colocada hoje, o debate que estamos fazendo, tem grande importância, porque nós adotamos uma política que não é a de comprar equipamentos pura e simplesmente; é uma política de desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da indústria nacional.

O Deputado Izalci, que é tão preocupado com a ciência e a tecnologia, poderia até ter aproveitado esta audiência para...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Ah, sim, mas V.Exa., primeiro, abordou um tema que não tem nada a ver com o assunto de hoje. V.Exa. deveria ter se concentrado nisso, porque este é o assunto: discutir o desenvolvimento científico e tecnológico. E se há uma discussão cujo início se deu com o questionamento dos preços fixados para a compra do Gripen, foi devidamente esclarecido o quanto isso é importante para o desenvolvimento da nossa indústria.

E veja, os Deputados do PSDB talvez não tenham lido o artigo de hoje do Embaixador Rubens Barbosa no jornal *O Estado de S.Paulo*, um artigo que fala exatamente da defesa nacional. O Embaixador Rubens Barbosa foi um dos assessores de campanha do candidato Aécio Neves — ele não chegou a ser “nomeado” Ministro, como foram outros, mas teve a sua importância. O que é que ele diz lá? É um artigo em que ele praticamente defende a atual política. É impressionante! É um artigo muito bom em que ele defende a atual política...

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, vamos limitar o assunto!

O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI - Eu estou falando do assunto! O assunto é a compra dos caças Gripen. Eu estou falando disso; não estou falando de outra coisa, não!

O artigo começa dizendo o seguinte: “*A modernização da defesa nacional não pode ser adiada*”. É por isso que, do ponto de vista do orçamento, é importante desenvolver esses projetos, Deputado Emanuel. Não é uma questão que nós podemos deixar para o futuro porque temos restrição orçamentária. Nós temos que ver como encaixar esses projetos dentro das restrições orçamentárias que nós



temos, porque sempre teremos restrições orçamentárias. O Brasil é um País que não tem um orçamento infinito. Ele tem um orçamento, e cabe exatamente aos seus dirigentes, seja o Executivo, seja o Legislativo, discuti-lo.

Aqui ele diz:

“Nesse contexto, deveria ser mantida a prioridade definida na Estratégia Nacional de Defesa e oferecida especial atenção aos setores aeroespacial, cibernético e nuclear, tendo como pilares:

A inovação tecnológica conjugada com a transferência efetiva de tecnologia para a sustentação do ciclo de vida de capacidades;

e o desenvolvimento de competências produtivas/transformadoras industriais de defesa na cadeia produtiva nacional.”

Quem está falando é o Sr. Rubens.

Muito bem. Então é isso.

Depois, mais à frente, ele coloca:

“Pensando no médio e no longo prazos, e dentro de uma visão estratégica, para defender nosso território, para respaldar nossa projeção externa e para assumir as novas responsabilidades demandadas pela comunidade internacional, são justificáveis a construção de submarino nuclear, a aquisição de aviões de caça de combate, a retomada do programa aeroespacial para utilização do Centro de Lançamento de Alcântara e o desenvolvimento de veículo lançador de satélite, além da ampliação do Centro de Defesa Cibernética.”

Parabéns, Ministro Amorim! O senhor fez aquilo que é unanimidade nacional, porque aqui está o Sr. Rubens Barbosa, que provavelmente seria um Ministro do candidato Aécio Neves, defendendo exatamente a política que foi conduzida pelo nosso Governo! Então, parabéns, porque, efetivamente, nós transformamos essa política numa política nacional, numa política de Estado, numa política com o



potencial de fazer com que as Forças Armadas tenham a capacidade real de defender o nosso País frente a qualquer tipo de ameaça externa. É a isso que vamos chegar.

Por isso, não é possível, Deputado Izalci, que façamos, como disseram aqui alguns membros do PSDB, uma contabilidade, uma política de contador, e não enxerguemos as perspectivas que temos para o futuro em termos de desenvolvimento da nossa Nação, de desenvolvimento da indústria de defesa e de conhecimento tecnológico.

Eu acho que aqui nós não deveríamos, simplesmente, tratar do assunto da compra dos caças Gripen e ficar discutindo se houve um reajuste no valor do contrato, porque para isso existem os órgãos auditores — o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União —, que fazem as suas auditorias contábeis. Nós temos que tratar aqui, efetivamente — e quanto a isso quero deixar aqui até a minha pergunta, Deputado Eduardo Barbosa —, da necessidade de, como foi colocado pelo Deputado Duarte Nogueira, efetivamente nós termos uma política de alongar a cadeia produtiva para a indústria de fornecimento.

Nós já temos a experiência do KC-390, que está sendo desenvolvido junto com a EMBRAER. Sem dúvida, a EMBRAER é o centro da nossa política de construção dos caças, porque é uma indústria integradora, mas é necessário que também desenvolvamos o que vem antes disso, que é a construção, o fornecimento de peças.

Nós, neste Congresso, já desoneramos a indústria de aeropeças, exatamente para garantir esse fornecimento e que essa indústria se instalasse no Brasil. Então, eu queria que qualquer um dos representantes do Governo comentasse a importância de que a EMBRAER realmente faça essa política de integração com indústrias nacionais, garantindo a fabricação desses caças com a maior nacionalização possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Quero só informar que se iniciou a votação secreta para a indicação do Ministro do TCU, e o Presidente, então, solicita que encerremos as nossas audiências.



No entanto, Deputada Perpétua Almeida e Deputado Hugo Napoleão, vamos garantir as falas de V.Exas.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de saudar o nosso Ministro Celso Amorim, o nosso Comandante Juniti, o nosso Brigadeiro Augusto. É bom tê-los aqui debatendo o assunto dos Gripen. Nós sabemos que há anos o Brasil esperava por uma decisão importante como essa, a sociedade brasileira e o Parlamento também. Todos nós esperávamos por este momento, pois uma decisão como essa coloca o Brasil num patamar de país preocupado com sua defesa.

E acredito que uma das preocupações que nós devemos ter no Parlamento, quando se trata da defesa, é exatamente com a questão financeira: como fazer com que o Brasil se mantenha no eixo do investimento em produtos de defesa, em programas estratégicos de defesa, para que nós possamos continuar garantindo recursos para cada um deles, como é o caso do Gripen, e para que não tenhamos o que tivemos em outras épocas no País, como na época do Fernando Henrique Cardoso, que foi uma década perdida no que se refere à defesa nacional. Naquele período, as Forças Armadas foram sucateadas. Não é que não houve investimento para as Forças Armadas; elas foram sucateadas de fato. E nós estamos assistindo, do Governo Lula para cá, a todo um investimento importante ser feito na área de defesa.

Eu, particularmente, fico muito orgulhosa por acompanhar de perto e por ter vivenciado esse investimento na área da defesa. Acredito inclusive que nós precisamos construir uma cultura de diálogo diferente com o Parlamento, com o Executivo e com a sociedade, ou seja, a cultura do investimento em defesa *versus* a cultura dos gastos em defesa. Quando adquirimos equipamentos como esses e outros dos projetos estratégicos de defesa, estamos fazendo um investimento mais do que importante em ciência, tecnologia, educação e inovação. Para mim, precisamos começar também a mudar a nossa forma de dialogar sobre recursos para a defesa: no lugar de falarmos em gastos com defesa, devemos falar em investimentos em defesa.

O Ministro defendeu, e eu continuo defendendo, que nós precisamos ter recursos perenes para a defesa, naturalmente, com um percentual maior, porque



não dá para ficarmos preocupados, a cada final de ano, com os recursos da defesa, com o que nós vamos fazer, e ficarmos correndo atrás de Comissões para garantir o orçamento dos programas estratégicos. Nós precisamos ter fontes perenes, buscar alternativas para ter um fundo soberano para a defesa, para as Forças Armadas, e termos garantia de programas como esse.

Eu estou acompanhando, de certa forma, o drama do programa dos helicópteros. Sabemos de todo o esforço do Ministério, mas nós estamos com uma demanda reprimida, salvo engano, de 400 milhões e precisamos fazer um esforço agora nas Comissões para garantir recursos a mais e desbloquear recursos contingenciados dos programas. O programa está no PAC, e até então não havia contingenciamento de programas do PAC. Isso para mim é uma novidade, em minha opinião, muito ruim.

Preocupada com isso e com programas como o Gripen e outros, apresentei no Congresso duas propostas legislativas: uma emenda ao projeto de lei da mineração, para que possamos taxar um percentual para as Forças Armadas; e outra proposta pela qual o acervo tecnológico das nossas empresas servirá como garantia para a tomada de empréstimos. Dessa forma, elas poderão fazer empréstimos e melhorar os programas que estão desenvolvendo no Brasil, sem risco de parar nenhum deles.

Eu me surpreendo aqui com a opinião da Oposição, especialmente do PSDB, que considera o Gripen um programa ultrapassado. Eu fiquei surpresa com isso e perguntei ao Deputado Emanuel: "*O PSDB pensa mesmo isso?*" Até então eu não tinha ouvido isso, e acho até bom consultar nosso querido amigo Rubens Barbosa para saber se ele também pensa dessa forma, pois ele também produz para o PSDB nessa questão de ajudar no pensamento sobre defesa nacional e política externa, porque isso para mim é surpresa.

Agora, eu tenho, sim, Ministro, uma preocupação com relação à questão do Gripen. Isso ainda não está resolvido na minha cabeça. Não sei se nós vamos ter mesmo — e se a própria Suécia tem mesmo — autonomia total sobre todas as peças do avião, inclusive peças estratégicas. Pelas informações que nós temos, algumas delas estariam sob o domínio dos Estados Unidos e, inclusive, de outros



países. Isso procede? Não procede? A Suécia tem total domínio sobre isso? Nós podemos nos tranquilizar? Isso não pode ser parte da nossa insegurança.

Só reforçando: há necessidade, acredito, de que o Parlamento trabalhe em conjunto cada vez mais com o Executivo, principalmente com o Ministério da Defesa, para que a gente possa ter garantias dos recursos para os projetos estratégicos, principalmente os que estão no PAC. Eu fico pensando na agonia do nosso Brigadeiro quanto aos recursos dos programas que estão sob a responsabilidade dele. O que fazer para que empresas importantes não percam profissionais, para que possam dar continuidade aos programas?

Aí eu me refiro à questão dos helicópteros também. Da semana passada para cá, nós fomos às Comissões, conversamos com Parlamentares, para que pudéssemos garantir os recursos também do Astros 2020, já que os outros estão sendo mais ou menos contemplados nas Comissões. Mas, na minha opinião, isso tem que ser uma ação efetiva nossa.

Reafirmando a minha opinião, encerro: é bom ter o Ministro aqui para debater este assunto. Ministro, se for para debater outros assuntos, nós podemos convocar outra reunião; não há nenhum problema. Então, o senhor se sinta desobrigado a tratar qualquer assunto que não seja a pauta sobre defesa, que está escrita ali, que é a questão dos caças Gripen.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Passo a palavra ao Deputado Hugo Napoleão.

O SR. DEPUTADO HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr. Comandante, Sr. Brigadeiro, eu serei extremamente sucinto e conciso. Vou usar os 3 minutos do Regimento, no máximo, para dois comentários.

O primeiro comentário é que nós somos hoje efetivamente a sétima economia do mundo, mas não seremos a sétima potência, se não tivermos dois vetores.

O primeiro vetor diz respeito à superação dos números da área social. Nós ainda temos uma taxa de analfabetismo considerável, que até aumentou, e o IDH do Brasil deixa a desejar.

O segundo vetor diz respeito à existência de Forças Armadas adequadas ao tamanho continental do Brasil, inclusive da Amazônia Azul, do mar territorial.



Quando nós tivermos os dois vetores adequados, seremos a quarta, quinta, sétima potência mundial.

O segundo comentário não preciso mais repetir, porque farei minhas as palavras da Deputada Perpétua Almeida com relação ao helicóptero HXBR, que tem efetivamente uma grande defasagem na sua programação.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, só vou passar para o Ministro a cópia das perguntas. Oportunamente, se V.Exa. puder responder, Ministro, eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - O.k. Está bem.

Passo a palavra ao Deputado Emanuel Fernandes.

O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES - Vou falar do PSDB, partido do qual faço parte.

Por mim, falo eu. O pecado mora na cabeça do homem. A pergunta que eu estava fazendo era simplesmente para tentar entender. Se não puder fazer isso no Parlamento, se isso for debate político, eu não entendo realmente o que é isso. A pergunta é essa. Ou não acha estranho haver aumento?

Não houve qualquer desconfiança de ninguém. O papel do Parlamento não é desconfiar; é entender e transmitir à sociedade. Eu nunca pensaria que as Forças Armadas estariam fazendo rolo e, por isso, a minha pergunta obviamente é a mais honesta possível.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Sr. Presidente, peço permissão só para complementar a fala do Deputado Izalci. É coisa de 10 segundos.

O Deputado falou em Amazônia Azul, mas vamos dar o nome certo a essa grande área onde está o pré-sal: é Mar Presidente Médici.

O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES - Até agora era Montego Bay.

O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - Porque foi ele quem passou de 12 milhas para 200 milhas,...

O SR. DEPUTADO EMANUEL FERNANDES - Duzentas milhas de Montego Bay.



O SR. DEPUTADO JAIR BOLSONARO - ... essa extensão que deu toda essa riqueza para nós, ao contrário da Esquerda, que está entregando tudo do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Passo a palavra ao Ministro Celso Amorim, para suas considerações, já que nós abusamos inclusive do tempo.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM - Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu acredito no debate democrático. Respeito todas as opiniões, inclusive as que são diferentes da minha. Nunca recuso um cumprimento às pessoas que divergem de mim profundamente, de modo que eu respeito totalmente o debate democrático.

Apesar disso, eu acho que vou me valer da cláusula de escape que V.Exa. mencionou para não me referir em detalhes às questões levantadas hoje. Algumas delas provavelmente ocuparão os jornais nos próximos dias, e pessoas do Governo terão a oportunidade de falar — talvez eu também, não sei — sobre elas.

Com relação aos temas mais específicos, como os vencimentos militares, não são novos, conforme já foi colocado pelo Deputado Izalci. Há estudos em curso. Eu nem sabia que já estavam em fase de finalização. Obviamente, são questões importantes que nós analisaremos. Eu não vou defender aqui o que foi feito. Acho que a mim cumpre dizer que, no momento de dificuldade, de qualquer maneira, houve sensibilidade para uma diferenciação, de tal modo que, juntamente com os professores, os militares... Eu recebo, por exemplo, reclamação dos funcionários civis do Ministério da Defesa porque receberam menos que os militares.

O Brasil vive dificuldades que todos conhecem e que eu acho que vai viver sempre, porque eu acho que, numa sociedade democrática — se me permitem fazer um comentário —, isso é normal. Não é só no Brasil não. Acontece no país mais rico do mundo. Nos Estados Unidos, há debates parecidos. Só que lá, por circunstâncias históricas diversas, eles não duvidam da importância da defesa. Como o Brasil viveu esses anos todos de paz, sobretudo com os seus vizinhos — eu estou falando da parte militar; não estou falando de diferenças políticas —, a sociedade brasileira tende a crer que a paz é um dado da vida, como é o ar, como é a água — aliás, a água nem sempre é tanto — e outros bens da natureza. E a verdade não é essa. Há



70 anos, infelizmente, nós fomos envolvidos num conflito que não era nosso. Não era nosso originalmente, pelo menos.

Eu sou defensor de que as Forças Armadas estejam bem equipadas e acho que a relativa ao FX-2 é uma grande decisão. Eu digo com toda a tranquilidade que foi uma decisão baseada exclusivamente em considerações técnicas da Aeronáutica. Eu mesmo fui Ministro das Relações Exteriores e não escondo: defendia, na época, outra opção, digamos, em função até de contatos políticos, da política externa que se tinha na época, mas me convenci, estando na defesa, de que essa era a melhor opção, primeiro, em função do custo; segundo, em função da transferência de tecnologia; e também em função de a Suécia — isso não entrou na decisão, mas, *a posteriori*, eu posso dizer — não pertencer a nenhuma aliança militar, o que, de certa maneira, evita problemas que poderiam ocorrer com qualquer outro país ligado a uma aliança militar. Isso tudo é positivo. A Suécia tem uma parceria estratégica com o Brasil. Por isso, o que está sendo oferecido não é um financiamento a ser tomado no mercado.

Eu lamento que o Deputado Emanuel Fernandes não esteja aqui, porque eu o respeito muito, entendi muito bem as opiniões dele e acho até que vi mais concordâncias do que diferenças. Ele tem uma preocupação natural de conhecer a razão desse reajuste, ou dessa atualização.

Foi dito aqui por mim e reiterado pelo Brigadeiro Crepaldi que todos os documentos estão à disposição dos Parlamentares. É só marcar hora, chegar lá e ver. É claro que, como são questões comerciais, há interesses empresariais que nós temos que respeitar, mas os documentos estão abertos a todos os Parlamentares, como a qualquer outra autoridade do Governo.

Bem, eu diria que esta é a situação. Eu espero, em algum momento... Não sei o que vai acontecer daqui a 4 meses. É muito tempo. Aliás, 15 dias é muito tempo para se saber qual será o futuro, de modo que sugiro que deixemos a questão dessa forma.

Com relação às questões levantadas, eu queria obviamente agradecer as palavras do Deputado Zarattini e lembrar que se votou aqui uma proposta do Executivo sobre empresas estratégicas de defesa, que já está sendo aplicada. Já há empresas definidas como empresas estratégicas de defesa. O RETID vai ser



aplicado a essas empresas. É um processo que demora um pouco, naturalmente — vencer a burocracia, em qualquer país do mundo, é algo complexo —, mas vai ocorrer, e é um benefício importante.

Devo dizer, sem querer entrar em outros aspectos, que eu tenho visitado muitas instalações militares. Eu faço questão de acompanhar o Brigadeiro Saito, aqui presente, o General Enzo, o Almirante Moura Neto não só nas formaturas, mas nas organizações, e tenho visto o que eles sentem. Não estou discutindo se eles têm outros problemas. Concordo, compreendo e tento trabalhar dentro dos limites das possibilidades, mas vejo neles uma maior satisfação por estarem operando equipamentos que funcionam. Pode ter muito defeito, pode ter muita coisa que poderia estar melhor, mas nós estamos procurando atingir o nível que nós deveríamos ter.

E eu volto a dizer: pode não ser — e aí eu concordo plenamente com o que foi dito pela Deputada Perpétua, pelo Deputado Zarattini, pelo Deputado Hugo Napoleão e por outros... Toda a sociedade tem que compreender que a defesa não pode ser delegada. Nós não podemos entregar nossa defesa a ninguém. Temos que ter a nossa própria defesa. E isso tem um custo. É o custo da soberania; é o custo da independência. E nós estamos procurando fazer...

Eu tenho plena confiança nas Forças Armadas. Reunimo-nos diariamente para discutir os mais variados assuntos, e tenho a certeza de que esses contratos estão sendo realizados — além da nossa supervisão de Governo, que é normal — com a maior correção, com o maior sentido de patriotismo, que é característico das nossas Forças Armadas, como eu tenho sempre repetido. E é essa a visão que nós temos; é essa a visão que a Presidenta Dilma Rousseff tem.

Eu estou sempre aberto ao debate respeitoso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Com a palavra o Comandante.

O SR. JUNITI SAITO - Eu queria agradecer ao nosso Presidente, Deputado Eduardo Barbosa, aos Srs. Deputados aqui presentes e à Sra. Deputada Perpétua e dizer que nós estamos falando do presente, mas estamos falando do futuro, porque a tecnologia que nós vamos ganhar, que as nossas indústrias vão receber, vai



colocar o Brasil e a indústria de defesa aeroespacial num outro patamar, tanto com o projeto FX-2, como com o projeto KC-390.

Só no projeto FX-2, senhores, vão ser criados mais de 5 mil empregos diretos e mais de 20 mil empregos indiretos. Não sou eu que estou dizendo; são os empresários do setor que estão avaliando essa perspectiva.

De qualquer maneira, Ministro, muito obrigado pela sua defesa da Força Aérea.

Quero agradecer, mais uma vez, ao nosso Presidente, Deputado Eduardo Barbosa.

Obrigado.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM - Eu só queria completar minha fala, porque há um ponto que eu não mencionei.

A questão da Helibras é uma preocupação nossa efetivamente. Ela estava — não é que isso seja consolo — pior do que está agora. Nós conseguimos ressarcir uma dívida antiga. Ainda resta alguma coisa. Isso é um trabalho que terá que ser feito durante o ano.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, peço a palavra por 1 minutinho, só para dizer ao Deputado Zarattini, que colocou a questão do PSDB, que o partido não é contra esse projeto de forma alguma. Muito pelo contrário; não há ninguém que defenda mais do que o PSDB investimentos nas Forças Armadas, porque sabemos que o investimento lá é muito bom para a parte econômica. O que nós queremos é transparência, para não acontecer o que está acontecendo na PETROBRAS.

Agora, eu quero dizer ao Ministro que eu me sentiria realizado se S.Exa. respondesse tudo o que eu perguntei por escrito. Não precisa ser hoje; pode ser na semana que vem. Não sei se S.Exa. será confirmado como Ministro, mas eu gostaria que um dia o Ministro da Defesa estivesse aqui para debater exclusivamente a questão salarial, porque, para pilotar esses caças, é necessário que haja mão-de-obra, gente; e gente precisa de salário compatível.

O SR. MINISTRO CELSO AMORIM - Por motivos óbvios, V.Exa. sabe que eu não posso assumir nenhum compromisso nesse sentido, mas eu vou já, de qualquer



maneira, trabalhar na parte escrita. Agora, os temas que V.Exa. levantou exigiriam realmente uma reunião dedicada a eles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Barbosa) - Com certeza, Ministro.

Bom, primeiro, eu queria ressaltar que o Ministro Celso Amorim nunca trouxe qualquer dificuldade em estar nesta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e sempre procurou agendar o melhor momento para estarmos juntos aqui, na conveniência da Comissão e da agenda do próprio Ministro.

Desde já, eu quero agradecer a V.Exa., porque, provavelmente, na minha gestão, Ministro, é a última vez que nós teremos um encontro.

Os pontos colocados pelo Deputado Izalci com certeza poderão ser fruto de novas audiências a partir do próximo ano, no novo Governo.

Quero agradecer a presença do Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Comandante Juniti Saito, que também sempre esteve aqui conosco, e do Brigadeiro Crepaldi.

Eu acredito que atingimos o objetivo. Esperamos estar aqui em outros momentos para aprofundar cada vez mais as questões da defesa.

Muito obrigado.

Queremos lembrar que amanhã nós teremos uma audiência pública, um seminário, às 9 horas da manhã, sobre os rumos da política externa brasileira, inclusive com a presença confirmada de várias pessoas de renome, que estarão conosco, abrilhantando a nossa discussão.

Muito obrigado aos presentes.